



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE SOCIEDADE, CULTURA E ARTES
BACHARELADO EM JORNALISMO**

JOSE CLEBERSON SANTANA DA SILVA

**JORNALISMO INVESTIGATIVO NO ESPORTE: ESTUDO DE CASO DA
REPORTAGEM “AS EXTRAVAGÂNCIAS SEM FIM DA CBF” NA REVISTA
PIAUÍ**

JUAZEIRO DO NORTE

2026

JOSE CLEBERSON SANTANA DA SILVA

JORNALISMO INVESTIGATIVO NO ESPORTE: ESTUDO DE CASO DA
REPORTAGEM “AS EXTRAVAGÂNCIAS SEM FIM DA CBF” NA REVISTA
PIAUÍ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Cariri como
requisito à obtenção do título de bacharel
em Jornalismo.

Orientador: Ivan Satuf Rezende

JUAZEIRO DO NORTE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

S586j Silva, Jose Cleberson Santana da.

Jornalismo investigativo no esporte: estudo de caso da reportagem “As extravagâncias sem fim da CBF” na revista Piauí / Jose Cleberson Santana da Silva. – 2026.

76 f. : il. color.

Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes, Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Satuf Rezende.

1. Jornalismo esportivo. 2. Jornalismo investigativo. 3. Ética jornalística. 4. Liberdade de imprensa. 5. CBF. I. Rezende, Ivan Satuf (Orient.). II. Universidade Federal do Cariri. III. Título.

CDD 070.449796

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

JOSÉ CLEBERSON SANTANA DA SILVA

JORNALISMO INVESTIGATIVO NO ESPORTE: ESTUDO DE CASO DA REPORTAGEM “AS
EXTRAVAGÂNCIAS SEM FIM DA CBF” NA REVISTA PIAUÍ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Jornalismo da Universidade
Federal do Cariri como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em: 26/03/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Satuf Rezende (Orientador)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Prof. Dr. Joubert de Albuquerque Arrais
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Prof. Me. Francisco Robson Pereira Roque
Universidade Federal do Cariri (Uninassau)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter sido meu sustento e minha força ao longo de toda esta caminhada. Nos momentos de incerteza, cansaço e desafios, foi a fé que me manteve firme, confiante e perseverante para seguir até aqui.

Agradeço ao professor Ivan Satuf, pela aceitação em me orientar neste trabalho, de forma objetiva e pontual.

Aos meus familiares, que são minha base e meu alicerce, deixo minha mais profunda gratidão. À minha mãe, Sandra, pelo amor incondicional, pelas palavras de incentivo e por nunca ter deixado que eu desistisse. Ao meu pai, Batista, pelo exemplo de dedicação e esforço, que sempre me inspirou a buscar o melhor.

Aos meus irmãos, Wanderson e Wallison, pela parceria, apoio e presença constante em minha vida. À Terezinha e à Joyce, pelo carinho, cuidado e por sempre acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais difíceis. Cada gesto de vocês foi essencial para que eu pudesse concluir esta etapa.

Aos amigos que fiz na universidade, especialmente do curso de Jornalismo e do curso de Filosofia, agradeço pelas trocas de conhecimento, pelas reflexões, pelos debates e também pelos momentos de descontração que tornaram essa jornada mais leve e significativa.

Aos professores do curso, minha gratidão pelo compromisso com a formação crítica, ética e profissional. Cada aula, orientação e diálogo contribuiu diretamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

À Mirelly e à Aline, da empresa onde trabalho, agradeço pela compreensão, pelo apoio e pela confiança depositada em mim durante esse período de dedicação intensa aos estudos.

De forma muito especial, agradeço à minha amiga Abiana Campos, que esteve presente em todos os momentos, contribuindo, incentivando e me ajudando com os trabalhos ao longo do curso. Sua parceria foi fundamental para que este percurso fosse mais seguro e possível.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa trajetória, meu sincero agradecimento.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as tensões entre ética jornalística, jornalismo investigativo e liberdade de imprensa no campo do jornalismo esportivo brasileiro. A pesquisa promove o estudo de caso da reportagem *As extravagâncias sem fim da CBF*, publicada em abril de 2025 na revista *piauí*, e de sua repercussão institucional no âmbito da *ESPN Brasil*, que suspendeu profissionais que tecerem comentários sobre a reportagem no programa *Linha de Passe*. Parte-se da compreensão de que o futebol ocupa posição central na cultura brasileira e que o jornalismo esportivo desempenha papel estratégico na mediação simbólica e informativa desse fenômeno social. Entretanto, a cobertura esportiva está inserida em um ecossistema midiático marcado por dependência econômica de direitos de transmissão e parcerias comerciais com entidades esportivas, o que pode tensionar sua autonomia editorial. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em estudo de caso e análise documental da reportagem e de seus desdobramentos públicos, articulada ao referencial teórico sobre ética jornalística, jornalismo investigativo e liberdade de imprensa. Os resultados indicam que, embora o jornalismo investigativo no esporte seja eticamente legitimado e socialmente necessário, ele enfrenta limites estruturais impostos por interesses econômicos e institucionais consolidados. Conclui-se que a liberdade de imprensa no jornalismo esportivo brasileiro constitui um espaço permanentemente tensionado, no qual a prática investigativa se afirma como instrumento fundamental de fiscalização, transparência e fortalecimento democrático.

Palavras-chave: Jornalismo esportivo; Jornalismo investigativo; Ética jornalística; Liberdade de imprensa; CBF.

ABSTRACT

This study aims to analyze the tensions between journalistic ethics, investigative journalism, and freedom of the press within the field of Brazilian sports journalism. The research conducts a case study of the report *As extravagâncias sem fim da CBF* (*The endless extravagances of the CBF*), published in April 2025 in *piauí* magazine, and its institutional repercussions within *ESPN Brasil*, which suspended professionals who commented on the story during the *Linha de Passe* program. It starts from the understanding that football occupies a central position in Brazilian culture and that sports journalism plays a strategic role in the symbolic and informative mediation of this social phenomenon. However, sports coverage is embedded in a media ecosystem marked by economic dependence on broadcasting rights and commercial partnerships with sports entities, which can strain editorial autonomy. Methodologically, this is a qualitative research based on a case study and documentary analysis of the report and its public developments, linked to a theoretical framework on journalistic ethics, investigative journalism, and freedom of the press. The results indicate that while investigative journalism in sports is ethically legitimate and socially necessary, it faces structural limits imposed by consolidated economic and institutional interests. The study concludes that freedom of the press in Brazilian sports journalism constitutes a permanently strained space, where investigative practice asserts itself as a fundamental instrument for oversight, transparency, and democratic strengthening.

Keywords: Sports journalism; Investigative journalism; Journalistic ethics; Freedom of the press; CBF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da edição de abril de 2025 da revista piauí	39
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Elementos analisados na reportagem <i>As extravagâncias sem fim da CBF</i>	41
Quadro 2 – Elementos analisados do caso <i>ESPN</i>	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - JORNALISMO ESPORTIVO.....	11
1.1 O jornalismo esportivo hoje.....	11
1.2 Jornalismo esportivo e infotenimento	15
CAPÍTULO 2 – ÉTICA E JORNALISMO ESPORTIVO	21
2.1 Ética jornalística	21
2.2 Ética no jornalismo esportivo.....	24
CAPÍTULO 3 - REPORTAGEM INVESTIGA E JORNALISMO ESPORTIVO.....	29
3.1 Jornalismo investigativo.....	29
3.2 Revista <i>piauí</i>	33
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA.....	39
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	43
5.1 A reportagem e o repórter.....	43
5.2 O caso <i>ESPN</i> e a ética no jornalismo esportivo	50
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A	72

INTRODUÇÃO

O jornalismo esportivo ocupa posição central no ecossistema midiático brasileiro, tanto pela capacidade de mobilizar grandes audiências quanto por sua relevância cultural, econômica e simbólica. No Brasil, o futebol ultrapassa a condição de modalidade esportiva e se consolida como elemento estruturante da identidade nacional, atravessando gerações, classes sociais e territórios. Desde o início do século XX, o esporte foi incorporado ao imaginário coletivo como espaço de pertencimento, celebração, disputa e representação social. Clubes de futebol não são apenas agremiações esportivas, mas instituições que produzem vínculos afetivos profundos, memórias compartilhadas e narrativas que ajudam a definir identidades individuais e coletivas. O futebol brasileiro, marcado por conquistas internacionais, ídolos populares e momentos históricos de consagração e trauma, tornou-se patrimônio simbólico do país, sendo frequentemente mobilizado como metáfora da própria nação.

Nesse contexto, o jornalismo esportivo assume papel estratégico na mediação entre sociedade e estruturas institucionais que organizam o esporte. Não se limita à divulgação de resultados e desempenhos, mas participa ativamente da construção de narrativas sobre clubes, atletas, dirigentes e entidades esportivas. Ao produzir discursos, selecionar pautas e enquadrar acontecimentos, o jornalismo esportivo contribui para consolidar imagens públicas, legitimar lideranças e, eventualmente, questionar práticas institucionais. Em um país onde o futebol movimenta cifras bilionárias, mobiliza paixões intensas e ocupa lugar privilegiado na programação midiática, a cobertura esportiva adquire dimensão que ultrapassa o entretenimento e se conecta diretamente a interesses econômicos, políticos e sociais.

Ao longo de sua história, o futebol brasileiro tem sido atravessado por denúncias de corrupção, má gestão, patrimonialismo e conflitos de interesse envolvendo federações, confederações e dirigentes esportivos. Escândalos relacionados à administração da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), bem como investigações internacionais envolvendo entidades do futebol, evidenciam que o esporte não está dissociado das dinâmicas estruturais de poder que organizam a sociedade. Nesse cenário, o jornalismo investigativo assume função relevante ao revelar práticas opacas, questionar estruturas consolidadas e contribuir para a transparência institucional. Contudo, a atuação crítica da imprensa esportiva encontra limites em um ambiente marcado por forte dependência de

direitos de transmissão, contratos comerciais e parcerias estratégicas entre veículos de comunicação e entidades esportivas, o que pode tensionar a autonomia editorial.

Foi nesse contexto que a reportagem *As extravagâncias sem fim da CBF*, publicada pela revista *piauí* e assinada por Allan de Abreu, reacendeu o debate sobre os limites da liberdade de imprensa no campo esportivo brasileiro. Ao expor gastos excessivos, práticas administrativas questionáveis e relações institucionais pouco transparentes no interior da entidade máxima do futebol nacional, a reportagem provocou ampla repercussão pública. O episódio ganhou novos contornos quando jornalistas da ESPN Brasil, ao comentarem a investigação em seus programas, foram suspensos pela emissora, desencadeando discussões sobre censura indireta, pressão institucional e limites da crítica jornalística em ambientes economicamente dependentes do próprio objeto de cobertura.

Diante desse cenário, este trabalho buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a reportagem investigativa da revista *piauí* sobre a Confederação Brasileira de Futebol evidenciou tensões entre liberdade de imprensa, ética jornalística e interesses institucionais, a partir da repercussão do caso envolvendo a ESPN Brasil? Partiu-se da hipótese de que, embora socialmente necessário e eticamente legitimado, o jornalismo investigativo aplicado à cobertura esportiva enfrenta restrições estruturais decorrentes do modelo econômico que sustenta grande parte da imprensa esportiva, especialmente quando a crítica atinge instituições com as quais existem relações comerciais ou estratégicas.

O objetivo geral deste estudo foi analisar as tensões entre ética jornalística, jornalismo investigativo e liberdade de imprensa no jornalismo esportivo brasileiro, a partir do estudo de caso da reportagem publicada pela revista *piauí* e de sua repercussão na ESPN Brasil. Como objetivos específicos, buscou-se: examinar o papel do jornalismo investigativo no contexto esportivo nacional; analisar os fundamentos éticos que orientam a prática jornalística diante de estruturas institucionais de poder; investigar os desdobramentos do caso no âmbito da ESPN Brasil; e discutir os limites estruturais da autonomia editorial no jornalismo esportivo contemporâneo.

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada em estudo de caso. A pesquisa utilizou como procedimentos metodológicos a análise documental da reportagem e de seus desdobramentos públicos e institucionais, a análise de conteúdo do material jornalístico produzido sobre o episódio e a realização de entrevista semiestruturada com o jornalista Allan de Abreu, autor da

reportagem investigativa. A combinação dessas técnicas permitiu compreender tanto a dimensão textual da investigação quanto as percepções profissionais envolvidas no processo de produção e repercussão do conteúdo, articulando os dados empíricos ao referencial teórico sobre jornalismo esportivo, ética jornalística, infotenimento, jornalismo investigativo e liberdade de imprensa.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo apresenta a contextualização teórica sobre o jornalismo esportivo contemporâneo, discutindo sua relevância social, a centralidade do futebol na cultura brasileira e as transformações provocadas pela convergência midiática e pelo avanço do infotenimento. O segundo capítulo aprofunda o debate sobre ética jornalística, abordando seus fundamentos teóricos e suas especificidades no campo esportivo, com ênfase nos dilemas relacionados à autonomia editorial, pressões comerciais e responsabilidade pública. O terceiro capítulo discute o jornalismo investigativo, suas características metodológicas e sua função democrática, além de apresentar a revista *piauí* enquanto veículo de grande reportagem e referência em investigação aprofundada. O quarto capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, detalhando a abordagem qualitativa exploratória, o estudo de caso, as técnicas de entrevista semiestruturada e de análise documental e de conteúdo. O quinto capítulo é dedicado à análise empírica do caso, examinando a reportagem sobre a CBF, a entrevista realizada com seu autor e os desdobramentos institucionais envolvendo a ESPN Brasil, articulando os dados obtidos às discussões teóricas desenvolvidas ao longo do trabalho.

CAPÍTULO 1 - JORNALISMO ESPORTIVO

1.1 O jornalismo esportivo hoje

O jornalismo esportivo se estabelece como um ramo especializado do jornalismo. Ele tem uma enorme relevância social, cultural e econômica. É fundamental entender que sua função vai muito além de só divulgar resultados, pois ocupa um espaço essencial na vida cotidiana e no imaginário social. Para Silva Neto (2018), o jornalismo esportivo é um dos campos mais expressivos do jornalismo brasileiro e desempenha papel importante na compreensão das identidades culturais e nacionais. O autor observa que o esporte, especialmente o futebol, é um espaço privilegiado para entender como a mídia contribui para a formação de representações sobre o país, seus valores e sua cultura. Ao analisar o discurso jornalístico em torno do futebol, Silva Neto mostra que o jornalismo esportivo se torna também um instrumento de leitura da sociedade e de construção de sentidos coletivos.

A relevância do jornalismo esportivo pode ser observada pela capacidade que ele tem de atrair grandes audiências e de gerar ampla repercussão social. Em grandes transmissões como a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos, a Libertadores da América e a Liga dos Campeões da Europa, milhões de pessoas acompanham simultaneamente os acontecimentos esportivos, consolidando o jornalismo como um dos pilares do espetáculo esportivo global. Segundo Gurgel (2009, p. 195), “o jornalismo esportivo, cada vez mais, tem buscado o sentido do espetáculo, o que leva a uma identificação integrada com o show, o profissionalismo e o negócio”.

Esses eventos representam, portanto, o auge do jornalismo esportivo, onde emoção e informação se encontram. O repórter, o narrador e o comentarista não apenas relatam o que ocorre, mas constroem narrativas que ajudam a consolidar símbolos nacionais, personagens e memórias. A partir das megacoberturas, o esporte se torna um campo de disputa simbólica e de construção coletiva de identidade. Gurgel (2009, p. 200) lembra que essa relação entre mídia e esporte é profundamente interdependente: o esporte precisa da imprensa para alcançar visibilidade, enquanto o jornalismo depende do esporte para manter sua conexão emocional com o público. Essa simbiose evidencia tanto a força quanto os desafios éticos do jornalismo esportivo na atualidade.

Com a consolidação desse espaço simbólico, o jornalismo esportivo também se tornou um ambiente de grande responsabilidade profissional. O jornalista precisa equilibrar o entusiasmo inerente ao tema com o rigor informativo exigido pela prática

jornalística. Como observa Maluly (2010, p. 3), “o jornalista brasileiro fala agora para o mundo. É a vitrine e a referência para milhões de comunicadores”. Essa projeção global exige preparo técnico, sensibilidade narrativa e consciência ética.

Maluly destaca que o jornalismo esportivo, especialmente em tempos de megaeventos, deve ampliar seu olhar sobre o esporte. Para o pesquisador (2010, p. 6), “o jornalismo, como ferramenta de transformação do esporte, passa pela ampliação e aprofundamento da notícia”. Isso significa tratar o esporte não apenas como espetáculo, mas como fenômeno social, abordando temas como desigualdade, gestão esportiva, inclusão e cidadania. Dessa forma, o jornalismo esportivo ultrapassa o entretenimento e assume um papel social de informação e análise crítica.

A prática jornalística neste campo conjuga emoção, técnica e responsabilidade informativa, como observa Celso Unzelte (2009) ao afirmar que o jornalismo esportivo exige do profissional domínio da linguagem esportiva, rigor na apuração e capacidade de contextualizar o esporte dentro de suas dimensões sociais e culturais. Da mesma forma, Paulo Vinícius Coelho (2003) destaca que o jornalista esportivo deve equilibrar paixão e credibilidade, oferecendo ao público informações precisas sem perder o vínculo emocional que caracteriza o esporte no Brasil.

No século XXI, o jornalismo esportivo vive um processo acelerado de transformação tecnológica e narrativa, provocado pelo avanço da internet, das redes sociais e da convergência das mídias. Essa transição rompeu as fronteiras entre os meios e reconfigurou o modo de produzir e consumir conteúdo esportivo. A convergência midiática, como discute Andrade (2018), altera rotinas produtivas ao integrar linguagens, plataformas e formatos, exigindo que o jornalista adapte seu trabalho às múltiplas possibilidades de circulação da informação. Nesse contexto, a informação, antes restrita à televisão, ao rádio e ao jornal impresso, passou a circular múltiplas plataformas, sendo distribuída em tempo real por meio de celulares, aplicativos, portais e plataformas de streaming, acompanhando um público permanentemente conectado.

Nesse cenário, o torcedor deixou de ser um mero espectador e passou a atuar como agente participativo. As plataformas digitais como Twitter, Instagram, YouTube e TikTok transformaram esses públicos em produtores de conteúdo, capazes de criar análises, comentários e narrativas próprias que coexistem com aquelas veiculadas pela mídia tradicional. Conforme discute Vimieiro (2014), os torcedores se apropriam de práticas e linguagens do jornalismo para produzir textos, vídeos, áudios e outros formatos que circulam intensamente no ambiente digital, ampliando o fluxo de informações sobre

o esporte. Essa “produtividade digital” faz com que o público deixe de apenas consumir notícias para também editar, reinterpretar e redistribuir conteúdos, influenciando debates e disputando espaço com veículos profissionais. Com isso, o jornalista esportivo passa a lidar com uma audiência mais ativa, exigente e engajada, o que demanda conteúdos mais dinâmicos, multiformato e adaptados às lógicas colaborativas das redes.

Andrade (2018, p. 1) afirma que “o jornalismo esportivo é a editoria que melhor se adaptou ao novo cenário, por causa de critérios como a interatividade e a participação do torcedor”. Esse processo é resultado da convergência midiática em que os meios se misturam e se complementam em novos formatos de produção e consumo (Jenkins, 2009). Hoje, uma mesma cobertura esportiva pode se desdobrar em texto, vídeo, podcast, postagem interativa e transmissão ao vivo, compondo um ecossistema em que as fronteiras entre as plataformas praticamente desaparecem.

Esse ambiente também transformou o próprio ritmo de trabalho jornalístico. As redações esportivas agora operam de forma contínua, acompanhando atualizações minuto a minuto e adaptando os conteúdos para diferentes plataformas. O fenômeno da segunda tela, quando o torcedor utiliza o celular simultaneamente à transmissão televisiva, tornou-se central na experiência esportiva contemporânea. Carauta (2016) explica que essa prática passou a reorganizar o consumo do futebol, combinando televisão e dispositivos móveis em uma dinâmica que amplia a interação do público. Com a multiplicidade de telas, os espectadores assistem às partidas enquanto comentam nas redes sociais, consultam estatísticas, participam de enquetes e compartilham impressões em tempo real. Essa simultaneidade coloca o jornalismo esportivo entre as áreas mais dinâmicas da comunicação atual, exigindo que os profissionais produzam informações rápidas, visuais e adequadas ao consumo multitarefa do público.

O consumo esportivo atual é profundamente marcado pela fragmentação e personalização das práticas de mídia. As pessoas passaram a decidir não apenas o que assistir, mas também em qual tela, em que momento e de que maneira pretendem acompanhar o conteúdo esportivo. Embora a televisão aberta continue tendo papel relevante, ela divide espaço com plataformas digitais, transmissões sob demanda e serviços acessados especialmente por dispositivos móveis. Como observa Satuf (2014; 336), na lógica contemporânea “os dispositivos móveis, sobretudo os smartphones, são praticamente extensões do vestuário contemporâneo”, o que reorganiza a experiência do torcedor e amplia sua conexão permanente com o esporte. Assim, o público acompanha jogos e notícias em qualquer lugar, alternando entre televisão, celular e outras interfaces.

Esse padrão de consumo exige que o jornalista esportivo mantenha presença constante e produza conteúdos adaptados a cada meio, valorizando vídeos curtos, transmissões simultâneas e análises rápidas, que dialoguem com a lógica dinâmica e multitelas da audiência contemporânea.

Essas transformações modificaram também a estrutura da audiência. O público, antes visto como uma massa homogênea, tornou-se segmentado, engajado e participativo. Pequenas comunidades digitais se formam em torno de clubes, atletas e competições específicas, gerando um volume expressivo de debates e interações. Esse comportamento, descrito em pesquisas recentes sobre comunicação esportiva, mostra que o jornalismo esportivo é hoje um dos campos mais férteis para entender o funcionamento da cultura digital: uma combinação de emoção, informação e engajamento.

O novo ecossistema de mídia também impulsionou o crescimento de projetos independentes e alternativos. Jornalistas e comunicadores criam podcasts, newsletters e canais no YouTube com análises próprias, muitas vezes com linguagem mais livre e próxima do público. Essa pluralidade amplia o alcance e democratiza a produção de conteúdo, permitindo o surgimento de perspectivas diversas. Ao mesmo tempo, desafia as grandes redações a manterem relevância e credibilidade em um ambiente de informação abundante e descentralizada (Alves, 2006).

A credibilidade, nesse contexto, continua sendo o elemento central que diferencia o jornalismo profissional de outras formas de comunicação. Mesmo com o aumento do conteúdo opinativo e da produção colaborativa, o público reconhece o valor do trabalho jornalístico que mantém padrões éticos, checagem e apuração rigorosa. A confiança do torcedor não se conquista apenas pela emoção, mas pela consistência e qualidade da informação.

O jornalismo esportivo também ampliou seu repertório temático: há espaço crescente para pautas que discutem questões de gênero, racismo, representatividade e política no esporte. Essa expansão reflete o reconhecimento de que o esporte é um reflexo da sociedade, um espelho das desigualdades e avanços sociais. Assim, o jornalismo esportivo cumpre não apenas uma função informativa, mas também social e cultural, ao promover debates e visibilizar grupos historicamente silenciados.

1.2 Jornalismo esportivo e infotenimento

O conceito de infotenimento tornou-se uma chave indispensável para compreender as transformações contemporâneas do jornalismo, especialmente no campo esportivo, que historicamente articula informação, emoção e espetáculo. Embora o termo tenha ganhado força no final do século XX, a fusão entre informar e entreter não é um fenômeno recente: desde o início da imprensa moderna, os jornais já conciliavam conteúdo factual com elementos de diversão, como mostram Limondre, Braz e Soriano (2011). O que muda, no entanto, é a centralidade que essa fusão assume no ecossistema midiático contemporâneo, marcado pela concorrência por atenção, pela convergência tecnológica e pela consolidação de novas formas de consumo da notícia.

No Brasil, uma das autoras mais importantes para compreender o fenômeno é Dejavite (2006), que entende o infotenimento como uma forma híbrida de conteúdo que articula, simultaneamente, informação jornalística e elementos de diversão. Para a autora, essa fusão se justifica pela própria dinâmica cultural da sociedade atual, na qual o público não deseja apenas saber o que aconteceu, mas exige se envolver, compreender e sentir prazer no ato de consumir notícias. Em vez de reduzir o infotenimento à leveza superficial, Dejavite explica que ele surge das necessidades de recepção: um público que vive sob múltiplos estímulos, acompanha notícias por várias telas e espera narrativas mais acessíveis, dinâmicas e envolventes. Assim, o infotenimento preserva a função informativa, mas amplia sua capacidade de diálogo com os repertórios culturais contemporâneos. Para ela, o jornalista não perde seu compromisso ético e factual, mas precisa saber combinar rigor e sensibilidade narrativa para apresentar temas complexos de forma compreensível e atrativa.

O entendimento de que o infotenimento não é apenas tendência, mas estrutura, aparece também em Deuze (2001). Para o autor, o fenômeno se manifesta de duas formas: na presença crescente de elementos de entretenimento dentro dos gêneros tradicionais e na criação de produtos essencialmente infotemáticos. Ele observa que o jornalismo contemporâneo, inserido em um ambiente de saturação informacional e competição por visibilidade, passa a incorporar estratégias narrativas que antes pertenciam ao universo do lazer. Em outras palavras, a lógica híbrida deixa de ser exceção e se torna o próprio *modus operandi* da mídia.

A convergência midiática também contribui para esse cenário, que ao misturar plataformas, linguagens e formatos transforma não apenas a distribuição da notícia, mas

a própria forma de contar histórias (Moura, 2024). A autora destaca que o ambiente digital exige narrativas mais curtas, fragmentadas, interativas e visuais, capazes de dialogar com audiências permanentemente conectadas. Assim, segundo Moura (2024), o infotainment no contexto online se caracteriza por aproximação emocional, personalização e mecanismos de engajamento que misturam humor, experiência e informação.

No campo esportivo, esse processo ganha destaque. Santos, Mezzaroba e Souza (2017) mostram que o esporte, ao se tornar um produto midiático global, passou a ser organizado segundo interesses do campo midiático, e não apenas esportivo. Os autores sistematizam quatro estratégias que estruturam o discurso esportivo contemporâneo: enquadramento midiático, dialética global-local, agenda-setting e construção de heróis todas intrinsecamente ligadas ao potencial de entretenimento. Assim, as narrativas esportivas cada vez mais mobilizam emoções, dramatizações e conflitos que aproximam o espectador da lógica do espetáculo.

Segundo Padeiro (2015, p.166), o entretenimento se tornou uma engrenagem comercial “para vender o esporte como mercadoria”. A televisão brasileira, especialmente com o chamado “Padrão Globo de Jornalismo” (Oselame, 2010), transformou a notícia esportiva em show audiovisual, integrando humor, improviso, trilhas sonoras, narrativas dramáticas e apresentação performática. Essa tendência, iniciada com a consolidação da TV em cores e intensificada com a digitalização, remodelou completamente o lugar do jornalismo esportivo na cultura brasileira.

Além disso, o telejornalismo esportivo contemporâneo adota estratégias já mapeadas por Silva e Medeiros (2023), que apontam o infotainment como resposta às dificuldades de manter a audiência diante das novas mídias. As autoras reforçam que os telejornais, para continuar relevantes, passaram a investir em visualidade, linguagem descontraída, apelos emocionais e construção de proximidade com o telespectador. As autoras afirmam que a televisão buscou “um telejornal mais atraente e esteticamente competente, sem abandonar a veracidade dos fatos” (Silva; Medeiros, 2023, p. 3), articulando assim a função informativa e o caráter lúdico.

Em um tom mais crítico, Arbex (2001, p. 60) argumenta que a mídia passa a produzir um mundo público baseado em interesses privados, de forma que “a informação determinada por grupos privados molda o mundo público”. No caso do esporte, isso significa que as coberturas se tornam bens simbólicos estruturados para agradar patrocinadores, ampliar audiência e maximizar retornos comerciais. O esporte não é

apenas representado como entretenimento, é transformado estruturalmente em entretenimento.

O fenômeno ganha novas camadas com o avanço das plataformas digitais. Oliveira (2025), ao analisar a CazéTV, destaca que as transmissões esportivas online adotam espontaneidade, humor, memes, linguagem informal e intensa interação com o público. Para o autor, esse novo formato cria “uma experiência esportiva participativa que rompe com padrões tradicionais da televisão” (p. 38). Embora represente inovação e democratização do acesso, também explicita os limites entre jornalismo, entretenimento e influenciadores o que intensifica o debate sobre credibilidade.

Um olhar mais crítico sobre essas transformações aparece no texto *Bourdieu Calça Chuteiras* (Uzêda, 2018), que apresenta uma reflexão do sociólogo sobre o modo como o campo esportivo perde autonomia quando se submete às lógicas do campo midiático. Para Bourdieu, quando um campo domina o outro, impõe seus ritmos, interesses e formas de visibilidade. Assim, a mídia passa a determinar o que deve ser valorizado no esporte: personagens, conflitos e narrativas de superação, transformando-o em espetáculo previamente formatado.

Nesse ponto, a crítica do jornalista Juca Kfoury se torna fundamental. Ao contrário de muitos comentaristas que aderiram ao infotenimento, Kfoury se posiciona como defensor do jornalismo aprofundado, analítico e socialmente comprometido. Ele denuncia a “infantilização do jornalismo esportivo”, termo que utiliza para se referir à substituição da apuração por brincadeiras, quadros performáticos e humor forçado. Sua crítica não é à leveza em si, mas ao excesso, especialmente quando ele compromete o papel social do jornalismo. Assim como Medina (1982), citado por Alves da Silva e Medeiros (2023), Kfoury reafirma que “o jornalismo não tem como objetivo principal entreter”, e sim informar, contextualizar e questionar.

No entanto, para além da definição e da crítica, é preciso analisar empiricamente como o infotenimento opera no dia a dia das redações e dos produtos esportivos. Estudos de caso sobre programas de mesa-redonda e telejornais mostram que o infotenimento se materializa por meio de repertórios recorrentes, como a personalização e a centralidade de apresentadores; o uso de humor como dispositivo de engajamento; exploração de bastidores e vidas pessoais de atletas; a convergência multiplataforma e formatos curtos pensados para redes sociais. De acordo com Lorenzi (2023), esses elementos aparecem de forma sistemática na linguagem, no enquadramento e nas escolhas técnicas dos

programas esportivos, indicando que o infotainment não é um recurso pontual, mas um padrão consolidado de produção que combina informação, emoção e entretenimento.

O desdobramento dessas estratégias implica mudanças profundas na rotina profissional. Sob pressão crescente por performance e engajamento, jornalistas esportivos precisam dominar apuração, vídeo, presença de câmera, improviso e interação digital. Menzes (2017, p. 12) alerta que isso pode gerar “riscos de superficialidade e perda da função crítica”, reforçando tensão histórica entre rigor e espetáculo.

O fenômeno também pode ser analisado pela lente do já citado “Padrão Globo”. Segundo Telles (2020), a televisão brasileira passou por uma reformulação estética que priorizou leveza, humor, dinamismo visual e uma linguagem jovem, deslocando o foco da informação para a construção de uma “experiência midiática”. O autor explica que elementos como cenários mais coloridos, maior mobilidade dos apresentadores, ausência de bancada, improviso e interação direta com o público contribuíram para transformar a cobertura esportiva em um produto voltado à diversão e ao engajamento. Nesse processo, o jornalismo esportivo deixa de se apresentar como um espaço majoritariamente informativo e passa a adotar estratégias narrativas e performáticas típicas do entretenimento televisivo, consolidando um modelo que redefine a relação entre esporte, mídia e audiência.

No contexto digital, o infotainment assume uma forma ainda mais complexa, dinâmica e participativa. Segundo Moura (2024), ele se caracteriza por processos de aproximação emocional, personalização de conteúdos e mecanismos de engajamento que mesclam humor, experiência e informação, criando narrativas que dialogam diretamente com a lógica das plataformas online.

Essa visão permite compreender que o digital não apenas reforça práticas já existentes, mas inaugura novas formas de circulação simbólica, nas quais o conteúdo jornalístico é atravessado por elementos performáticos, linguagens híbridas e estratégias afetivas que buscam estabelecer vínculos duradouros com as audiências. Dentro dessa lógica, humor, espontaneidade e performance funcionam como formas de capital simbólico no campo esportivo-midiático: profissionais capazes de dominar essas linguagens acumulam prestígio e visibilidade, enquanto aqueles que aderem somente ao modelo informativo tradicional tendem a perder espaço (Uzêda 2018). Com isso, a autonomia editorial se vê tensionada, uma vez que jornalistas passam a disputar relevância não apenas pela apuração, mas também pela capacidade de mobilizar, viralizar conteúdos e manter presença constante em ecossistemas digitais.

Um ponto central para compreender essa transição é o fenômeno conhecido como “leifertização”, termo presente em diversos estudos acadêmicos e analisado por Telles (2020) como uma inflexão importante na história do telejornalismo esportivo brasileiro. Segundo o autor, a entrada do jornalista Tiago Leifert no *Globo Esporte* promoveu uma reconfiguração profunda de aspectos estéticos e narrativos do gênero, substituindo o modelo tradicional centrado na leitura em bancada, na postura formal e na hierarquia rígida entre apresentador e repórter. Surge um formato mais performático, descontraído e baseado na interação constante com o público. Telles explica que essa mudança não foi apenas gráfica ou estilística, visto que alterou a lógica de produção e recepção da notícia, inserindo no telejornal elementos como humor, improviso, linguagem coloquial, referências à cultura pop, metáforas visuais, trilhas sonoras e jogos corporais.

Essa matriz estética aproximou o noticiário esportivo de uma experiência de entretenimento contínuo, em que o apresentador se torna também personagem, e o estúdio funciona como palco para experimentações narrativas. A própria Globo passou a explorar quadros como desafios entre os apresentadores, reconstituições humorísticas de lances polêmicos e comentários guiados por memes que circulavam nas redes sociais. Em edições especiais, a transmissão incorporava infográficos animados, piadas internas da equipe e efeitos sonoros típicos de programas de variedades. Até mesmo a relação com o repórter mudou: entradas ao vivo deixaram de ser protocolares e passaram a incluir brincadeiras e improvisos. Dessa forma, a leifertização consolidou um estilo que posteriormente influenciou programas da Band e do SporTV, mostrando que a mudança não foi pontual, mas estruturante dentro do ecossistema televisivo nacional.

Por outro lado, diferentes autores defendem que esse cenário não deve ser interpretado exclusivamente como ameaça, mas também como oportunidade para renovação dentro do jornalismo esportivo. Estudos recentes apontam que a integração entre humor, leveza e formatos multiplataforma pode dialogar de forma mais eficaz com públicos jovens, hiperconectados e habituados à linguagem interativa das redes sociais. Moura (2024) demonstra que narrativas multimodais que combinam texto, vídeo, som, dados, hiperlinks e participação do usuário são capazes de aprofundar a análise dos acontecimentos esportivos, oferecendo ao público experiências de compreensão mais densas e acessíveis.

Essa perspectiva encontra respaldo nas próprias práticas da televisão, que passou a testar novos formatos sem abandonar totalmente o compromisso jornalístico. No SporTV, por exemplo, programas como o *Bem, Amigos!* e o *Troca de Passes* adotaram

quadros descontraídos, vídeos enviados por torcedores e debates mais fluidos, mas ainda preservaram momentos de análise séria e contextualização. Na Band, o uso de câmeras dinâmicas, votação interativa e abordagens mais leves buscou aproximar o público sem deixar de abordar conflitos, bastidores e impactos políticos do futebol. Esses modelos mostram que é possível unir bom humor e informação bem apurada, criando um produto híbrido que não dispensa a investigação factual.

Assim, o jornalismo esportivo contemporâneo se vê diante de uma ambivalência constitutiva: ao mesmo tempo em que ganha dinamismo e alcance, precisa evitar que a sedução estética comprometa a profundidade analítica, desafio que exige dos profissionais sensibilidade e responsabilidade para equilibrar criatividade e rigor.

CAPÍTULO 2 – ÉTICA E JORNALISMO ESPORTIVO

2.1 Ética jornalística

A ética constitui um dos pilares para compreender a prática profissional e a função social do jornalismo. Seu fundamento central deriva da noção de responsabilidade diante do outro, informar implica um compromisso com a verdade factual, com o respeito ao cidadão e com a integridade do processo de produção da notícia. A ética não deve ser reduzida a um conjunto rígido de normas, mas entendida como uma reflexão contínua sobre a conduta profissional, orientada por valores como honestidade, transparência, equidade e responsabilidade pública. Na comunicação social, esse compromisso ganha ainda mais relevância, pois envolve decisões que têm impacto direto sobre a reputação de indivíduos, a formação da opinião pública e o funcionamento da democracia.

Karam (2004) destaca que refletir sobre ética significa reconhecer que o jornalista toma decisões que afetam pessoas, instituições e percepções sociais, e que essas escolhas exigem consciência, responsabilidade e permanente revisão crítica. Assim, a ética não é um complemento externo ao jornalismo, mas um componente estrutural da prática cotidiana. Karam também chama atenção para o fato de que o jornalista opera em um ambiente complexo, permeado por pressões políticas, econômicas e tecnológicas, o que torna ainda mais essencial uma formação ética sólida. O autor argumenta que somente a reflexão contínua sobre valores e limites permite que o profissional mantenha autonomia e rigor diante dessas forças. Dessa maneira, a ética funciona não apenas como orientação normativa, mas como uma forma de qualificar a prática e fortalecer a credibilidade do jornalismo na sociedade contemporânea.

Essa perspectiva dialoga com o que afirmam Fidalgo e Christofolletti (2014, p. 7), ao ressaltarem que a dimensão ética da comunicação pública é muitas vezes negligenciada, embora devesse ser compreendida como “um processo racional, consciente e crítico, de escolhas baseadas em princípios comprometidos com a verdade, a confiança e a dignidade humana”. Para os autores, comunicar nunca é um ato neutro: envolve efeitos simbólicos, construção de sentidos e influência direta sobre percepções sociais. Por isso, a ética funciona como eixo regulador da ação jornalística, orientando o profissional a equilibrar autonomia, dever público e respeito aos sujeitos retratados. Ao lidar com narrativas que atravessam o simbólico e expõem pessoas a julgamentos públicos, o jornalismo exige cautela, rigor e sensibilidade, especialmente em situações que envolvem vulnerabilidade, violência ou disputas de versões. Assim, a ética opera

como fundamento para decisões responsáveis e como garantia de que o exercício da liberdade de imprensa seja compatível com a proteção da dignidade humana.

Christofoletti (2005) amplia esse entendimento ao afirmar que a ética é inseparável da credibilidade, pois o jornalismo só cumpre sua função social quando é percebido como uma prática confiável, transparente e responsável. A credibilidade é resultado direto de procedimentos éticos como verificação rigorosa, contextualização adequada, respeito aos envolvidos e clareza na exposição dos fatos e que sua ausência fragiliza a legitimidade do jornalismo e compromete a confiança do público. Para o pesquisador, a ética funciona como um mecanismo de autocontrole profissional capaz de enfrentar pressões comerciais e disputas simbólicas, preservando a autonomia da prática e garantindo que o trabalho jornalístico permaneça orientado pelo interesse público.

Uma dimensão complementar aparece na teoria de Genro Filho (1987), especialmente quando o autor compreende o jornalismo como uma forma específica de conhecimento, distinta da arte e da ciência, por organizar a realidade a partir do que ele denomina singularidade. Nessa perspectiva, a notícia não é a mera reprodução de um acontecimento, mas o resultado de um processo de construção que articula elementos singulares, particulares e universais. Para Genro Filho, o jornalista sempre produz uma mediação: seleciona, interpreta e dá forma aos fatos, tornando-os inteligíveis para o público. Isso significa que cada narrativa deriva de escolhas profissionais que carregam implicações éticas, pois determinam quais aspectos da realidade serão evidenciados, quais sentidos serão destacados e quais interpretações ganharão visibilidade social. Assim, ética e autoria se tornam dimensões inseparáveis da prática jornalística, já que a forma como o acontecimento é transformado em notícia afeta diretamente a maneira como ele será percebido, discutido e integrado ao cotidiano social. Essa concepção reforça que a ética jornalística não se limita ao cumprimento de normas, mas envolve o reconhecimento crítico da responsabilidade que o jornalista assume ao construir sentidos sobre o mundo.

Ao lado dessa reflexão conceitual, um dos documentos fundamentais é o Código de Ética dos Jornalistas, aprovado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 2007. O documento estabelece os princípios centrais da profissão e, no Artigo 4º, afirma que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos”, exigindo que toda atividade profissional seja guiada por precisa apuração e correta divulgação das informações (FENAJ, 2007). De forma complementar, o Artigo 2º, II determina que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público”, reforçando que o jornalista não pode

subordinar o direito à informação a interesses particulares, comerciais ou institucionais. Assim, a ética jornalística se materializa como obrigação pública: verificar dados, ouvir as partes envolvidas, evitar distorções e assegurar que a sociedade receba informações confiáveis e socialmente relevantes.

O Código também destaca que o jornalista deve “opôr-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (FENAJ, 2007, Art. 6º, I), reforçando o papel democrático da profissão. No capítulo dedicado aos deveres, o Código determina que o jornalista atue com independência, evitando conflitos de interesse e recusando vantagens que possam comprometer sua atuação. Entre as obrigações estão proteger a identidade de fontes em risco, combater discriminações e denunciar violações dos direitos humanos.

Em relação às responsabilidades, o Código estabelece que é dever do jornalista “tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar” (FENAJ, 2007, Art. 12, III). Esse princípio adquire especial relevância em coberturas sensíveis como tragédias, violência, pobreza e situações envolvendo pessoas vulneráveis nas quais a exposição inadequada pode gerar danos morais, estigmatização ou revitimização. O documento também proíbe a divulgação de conteúdos de caráter mórbido ou sensacionalista (FENAJ, 2007, Art. 11, II), reafirmando a ética como instrumento de proteção social e de qualificação da informação.

Um dos dilemas éticos mais recorrentes na prática jornalística contemporânea é o sensacionalismo, especialmente na cobertura de tragédias. Lima (2014) argumenta que determinadas plataformas digitais transformam situações de violência em produtos de consumo emocional, priorizando impacto e choque em vez de responsabilidade narrativa. O conteúdo sensacionalista “supervaloriza a violência, transformando a morte em espetáculo midiático” (Lima, 2014, p. 13), revelando uma exploração sistemática do sofrimento alheio com o objetivo de atrair a audiência. Essa prática confronta diretamente o Código de Ética dos Jornalistas, que proíbe conteúdos de caráter mórbido, degradante ou desumano. Ao reduzir indivíduos a imagens chocantes e tragédias a objetos de cliques, o sensacionalismo compromete a dignidade humana, reforça estigmas sociais e prejudica a credibilidade do jornalismo.

Outro dilema central discutido na literatura ética é a criminalização de vítimas, analisada por Christofolletti (2005). O autor demonstra que manchetes, enquadramentos superficiais e escolhas discursivas podem deslocar a responsabilidade de crimes para aqueles que deveriam ser protegidos, reforçando preconceitos sociais já existentes. Em

sua reflexão, Christofolletti (2005) argumenta que a cobertura jornalística tende, muitas vezes, a apresentar a vítima como corresponsável por sua própria tragédia, especialmente quando se trata de jovens pobres, moradores de periferia ou mulheres em situação de violência. Essa prática contraria os fundamentos éticos do jornalismo, pois viola o respeito à dignidade humana, reproduz estigmas e compromete o papel social da imprensa como agente de mediação responsável.

A publicidade velada é outro desafio significativo para a ética jornalística, e aparece de forma detalhada no estudo de Borges, Cunha e Bucci (2014). Os autores demonstram que, no jornalismo impresso, a fronteira entre conteúdo editorial e conteúdo comercial tem sido progressivamente diluída, permitindo que materiais pagos circulem com formato, linguagem e aparência de notícia legítima. Essa prática provoca confusão no leitor, que não consegue distinguir informação de publicidade, e compromete diretamente a independência editorial.

Os desafios éticos do jornalismo se ampliam no ambiente digital, especialmente devido às pressões impostas pela lógica do tempo, dos algoritmos e do engajamento. Christofolletti (2005) observa que a dinâmica das plataformas digitais estimula uma produção acelerada, em que a busca por visibilidade e cliques muitas vezes se sobrepõe às etapas tradicionais de verificação. Para o autor, essa cultura da velocidade cria condições propícias para erros, informações imprecisas e circulação de boatos, pois a checagem rigorosa perde espaço diante da exigência de publicar antes dos concorrentes. Além disso, Christofolletti aponta que as redes sociais tendem a privilegiar conteúdos emocionais, polêmicos e altamente compartilháveis, o que intensifica o risco de simplificações, distorções e enquadramentos sensacionalistas. Assim, o jornalista contemporâneo é confrontado com dilemas éticos cada vez mais complexos, precisando equilibrar o ritmo acelerado da produção digital com a responsabilidade de oferecer informação confiável, contextualizada e socialmente responsável. A responsabilidade ética, portanto, não é apenas uma obrigação profissional, mas a própria condição de possibilidade do jornalismo enquanto prática social legítima.

2.2 Ética no jornalismo esportivo

A ética no jornalismo esportivo constitui um campo de tensões permanentes, atravessado por dinâmicas específicas da editoria: o vínculo afetivo com clubes, a pressão da audiência, o ambiente altamente competitivo, a espetacularização do esporte e a

crescente influência do entretenimento sobre o conteúdo informativo. Embora compartilhe princípios éticos gerais do jornalismo, o jornalismo esportivo enfrenta dilemas próprios, pois lida com paixões, rivalidades, identidades comunitárias e interesses econômicos de larga escala. Assim, a ética nessa editoria diz respeito à forma como narrativas esportivas moldam percepções sociais, influenciam comportamentos coletivos e reforçam ou contestam estruturas simbólicas do esporte.

Diversos pesquisadores destacam que o principal desafio ético do jornalismo esportivo contemporâneo é o predomínio do entretenimento sobre o conteúdo informativo. Tavares Silva (2013), ao analisar o fenômeno do *entretenimento esportivo*, observa que a televisão brasileira transformou a cobertura esportiva em um produto híbrido, no qual emoção, humor, espetáculo e performance passam a ocupar o centro da narrativa. O autor explica que essa mudança desloca o foco do “jornalismo clássico” para um formato guiado por elementos de show, descontração e performance. Segundo ele, o risco dessa tendência é produzir um “jornalismo para entreter”, e não “um jornalismo sobre o esporte”, o que empobrece a análise, reduz a complexidade do fenômeno esportivo e dilui responsabilidades éticas fundamentais (Silva, 2013, p.7). O estudo também aponta que diante dessa transformação surgiu até mesmo um “movimento de resistência”, composto por veículos e profissionais que procuram preservar a centralidade da informação e da apuração rigorosa frente ao avanço das dinâmicas espetacularização. Essas mudanças tencionam diretamente princípios como veracidade, rigor e independência editorial, previstos no Código de Ética.

Além da televisão, o predomínio do entretenimento também se expande para o ambiente digital, onde as transmissões esportivas passaram a adotar formatos baseados em espontaneidade, humor e intensa interação com a audiência. Essa tendência aparece em lives, streamings e conteúdos multiplataforma reproduzem o mesmo modelo performático identificado por Tavares Silva (2013). Nesses espaços, comenta-se o jogo em tom descontraído, brincadeiras são incorporadas ao relato e o comentarista assume quase o papel de um *entertainer*. Embora esse formato amplie o engajamento e aproximem os públicos, ele também cria dilemas éticos importantes: a informalidade pode levar à descontextualização dos fatos, à amplificação de boatos, à exposição inadequada de atletas e torcedores, além da diluição das fronteiras entre opinião, informação e espetáculo. Assim, mesmo sem abandonar suas potencialidades narrativas, o jornalismo esportivo digital enfrenta o risco de reforçar um modelo centrado na performance, em que a busca por visibilidade, likes e viralizações ameaça princípios

básicos como precisão, responsabilidade e qualidade informativa preocupação que já aparecia nos alertas de Silva (2013) e nos debates sobre o “engraçadismo”. Esse fenômeno revela ainda como o ambiente digital fragiliza mecanismos consagrados de checagem, ao acelerar a publicação e reduzir o tempo para verificação rigorosa, violando premissas essenciais do Código de Ética.

Diversos estudos apontam que a crescente aproximação do jornalismo esportivo com formatos de entretenimento alterou profundamente o modo como os conteúdos são produzidos e recebidos. Pesquisadores como Tavares Silva (2013) mostram que elementos cômicos, linguagem descontraída e apelos performáticos passaram a ocupar espaço central nas rotinas jornalísticas, muitas vezes em detrimento da apuração rigorosa. Esse movimento aparece de forma nítida nas análises feitas por Oselame (2012), que apontam que o humor, os improvisos e a busca pela leveza transformaram a informação em componente secundário, submetida à lógica do espetáculo e da viralização. A mesma tendência é evidenciada por Cardoso (2019) sobre o caso Sidão, no qual o goleiro foi exposto nacionalmente a uma premiação irônica durante uma transmissão ao vivo¹. O autor destaca que a busca pelo riso imediato ultrapassou limites éticos fundamentais, resultando em constrangimento público e apagamento da dimensão humana envolvida no episódio. Assim, tanto a crítica ao “engraçadismo” quanto o estudo sobre o caso Sidão revelam como a espetacularização pode fragilizar o compromisso ético do jornalismo esportivo ao priorizar humor, performance e engajamento acima da responsabilidade informativa e do respeito às pessoas. O episódio ilustra ainda o descompasso entre práticas midiáticas e deveres previstos no Código de Ética, como o respeito à dignidade e a vedação ao sensacionalismo.

Outro dilema recorrente é o clubismo e a parcialidade. Conforme Scherer (2017), a cobertura midiática frequentemente adota posições enviesadas, privilegiando interesses de clubes ou reforçando rivalidades. O autor aponta que manchetes e enquadramentos dependem não apenas dos fatos, mas de disputas simbólicas, pressões das torcidas e agendas institucionais, produzindo um jornalismo que, muitas vezes, “confunde opinião com informação” (Scherer, 2017, p.10). Esse tipo de parcialidade compromete a credibilidade e afeta diretamente a responsabilidade social da imprensa esportiva, que

¹ O "Caso Sidão", ocorrido em 2019, tornou-se um marco ao evidenciar os limites éticos entre informação e entretenimento no Jornalismo Esportivo. Na ocasião, o então goleiro do Vasco foi ironizado ao receber um prêmio de "Craque do Jogo" por voto popular, mesmo após falhas que levaram à derrota de sua equipe. O episódio gerou e questionamentos sobre a responsabilidade da mídia e o uso das redes sociais na cobertura esportiva.

deveria atuar como mediadora dos conflitos e não como parte deles. Esse fenômeno também contraria princípios éticos básicos, como a obrigação de ouvir todas as partes envolvidas e evitar distorções motivadas por paixões clubísticas, previstas no Código de Ética.

A superficialidade também é apontada como um dos problemas centrais. Tavares Júnior (2019) observa que, em muitos casos, a editoria esportiva negligencia pautas socialmente relevantes, como doping, políticas públicas para o esporte, saúde mental de atletas, desigualdades estruturais e violência nos estádios em favor de conteúdos mais “vendáveis”. Olivieri (2013) reforça que a informação perde densidade e “vira uma coisa muito rala”, reduzida a conteúdos leves, humorísticos ou voltados apenas para a repercussão fácil. Beting (2011) endossa a crítica ao afirmar que a transformação do esporte em espetáculo midiático retirou da imprensa a profundidade analítica, reduzindo sua capacidade de contextualizar fenômenos complexos.

Outro ponto crítico é a pressão comercial sobre o jornalismo esportivo. Borges, Cunha e Bucci (2014) mostram que a prática das notícias patrocinadas cria um ambiente de confusão entre conteúdo editorial e conteúdo pago, dificultando ao leitor perceber quando está diante de informação jornalística ou de promoção comercial. Os autores explicam que, ao assumir a aparência de notícia, o material publicitário compromete a transparência e enfraquece a independência editorial, pois submete a pauta aos interesses do mercado. No campo esportivo, no qual marcas e federações ocupam simultaneamente os papéis de fonte, anunciante e objeto de cobertura, esse problema se intensifica, resultando em blindagens editoriais, seleção de pautas orientadas por patrocínio e perda de autonomia jornalística.

Esse cenário vai de encontro às normas do Código de Ética, que proíbe a veiculação de conteúdos promocionais disfarçados de jornalismo e exige clareza na distinção entre informação e publicidade. Olivieri (2013), aponta que a instantaneidade das redes sociais cria condições para o “mau jornalismo”, já que a velocidade supera a verificação. Ao analisar a cobertura dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, Fravoline (2024) destaca que parte da mídia brasileira reproduz estereótipos, desinformações e narrativas enviesadas sem correção posterior. O texto argumenta que a ausência de corrigibilidade e de compromisso público prejudica a credibilidade e incentiva práticas simbólicas violentas.

Além disso, há um problema estrutural: a limitação da cobertura a poucos esportes. O arquivo Valores do esporte mostra que futebol e grandes eventos ocupam

quase todo o espaço midiático, enquanto modalidades olímpicas, paralímpicas e amadoras recebem pouca atenção. Essa falta de diversidade empobrece o debate público e reproduz invisibilidades históricas. Existe, ainda, a dificuldade enfrentada por mulheres jornalistas para ocupar espaços de destaque, seja por preconceito de torcedores, dirigentes ou assédio de colegas homens. Avanços recentes, como o aumento de narradoras e comentaristas, representam sinais de mudança, mas ainda insuficientes.

Apesar dos dilemas, há sinais de melhoria. Iniciativas como a Agência Sportlight, o *Sport Insider* e o podcast *UOL Esporte Histórias* mostram que há espaço para jornalismo investigativo de qualidade no esporte, com aprofundamento, transparência e rigor. Além disso, a entrada de ex-atletas na imprensa tem contribuído para elevar o nível técnico da cobertura, trazendo perspectivas internas e maior responsabilidade narrativa (Fonseca, 2025). O ambiente digital também permitiu experimentações positivas: reportagens multimídia, projetos independentes e análises especializadas têm ampliado o repertório temático e oferecido alternativas ao modelo tradicional centrado no espetáculo. Assim, a ética no jornalismo esportivo deve ser compreendida como um processo permanente de reflexão e responsabilidade.

Em um campo marcado por paixões, disputas simbólicas e forte pressão comercial, a ética funciona como ferramenta de proteção da democracia, da dignidade humana e do próprio sentido público do esporte. Reforçar princípios éticos não significa rejeitar o entretenimento, mas garantir que humor, espontaneidade e emoção não se sobreponham ao compromisso com a verdade, a transparência e o respeito ao outro. O jornalismo esportivo só se mantém socialmente relevante quando é capaz de unir qualidade narrativa, rigor informativo e responsabilidade pública diante de uma audiência plural, exigente e profundamente conectada. Nesse cenário, o cumprimento rigoroso do Código de Ética é não apenas orientação normativa, mas condição essencial para preservar a credibilidade e a função social da editoria.

CAPÍTULO 3 - REPORTAGEM INVESTIGATIVA E JORNALISMO ESPORTIVO

3.1 Jornalismo investigativo

O jornalismo investigativo constitui uma das vertentes mais complexas, exigentes e socialmente relevantes da profissão. Diferente das rotinas convencionais de *hard news*, ele se orienta por um método próprio, sustentado por aprofundamento, checagem extensiva, contraste de fontes, interpretação crítica e, sobretudo, tempo, um dos elementos mais escassos nas redações contemporâneas. Como explicam Noronha e Rocha (2018), essa modalidade busca justamente aquilo que está oculto, que não foi dito ou que alguém tem interesse em manter sob silêncio. Para as autoras, investigar significa ultrapassar a superfície dos fatos, questionar versões oficiais, revelar conflitos de interesse e compreender a lógica dos agentes que operam nos bastidores.

Reis (2023) compreende a investigação jornalística como um trabalho que exige domínio técnico da análise de dados ao acesso à informação pública, da leitura crítica de documentos a entrevistas sensíveis, ressaltando que cada material consultado possui sentidos explícitos e silêncios que precisam ser interpretados para construir a narrativa. O jornalismo investigativo não se limita a reunir informações, mas a produzir conhecimento socialmente útil, capaz de expor relações de poder, desvelar irregularidades e fortalecer o debate público. Nesse sentido, o trabalho investigativo é uma prática fundamental para a democracia, pois oferece à sociedade elementos que permitam interpretar criticamente a realidade e exigir transparência de instituições e autoridades.

Melo (2016) ressalta que o jornalismo investigativo se diferencia das rotinas de cobertura imediata por deslocar o centro das decisões editoriais da rapidez para a relevância social. Investigar implica priorizar aprofundamento, verificação e o interesse público em detrimento da publicação instantânea. Esse deslocamento demanda organização metodológica e impõe um processo de apuração minucioso. Melo (2016) enfatiza que a investigação jornalística costuma integrar etapas de interlocução com especialistas, análise documental e cruzamento de fontes, práticas que tornam essas apurações mais demoradas, mas também mais robustas e socialmente legitimadas.

Aguiar (2006, p. 2), afirma que “seu foco é apurar e divulgar informações sobre atos desviantes que afetem o interesse público e que sejam prejudiciais à sociedade”. Por atuar como um mecanismo de controle social, o jornalismo investigativo contribui para responsabilizar autoridades, desmontar narrativas oficiais e ampliar a transparência institucional. Assim, sua função social não se limita à denúncia, mas envolve a

reconstrução crítica dos fatos e a oferta de informações qualificadas que permitam ao público compreender a complexidade das relações de poder que atravessam a sociedade.

Segundo Martino e Silva (2012, p. 3), essa modalidade se diferencia das demais porque “obedece a uma rotina de produção e de divulgação consideravelmente diversa daquela do jornalismo cotidiano”, exigindo níveis de apuração que ultrapassam o fluxo acelerado das redações. Enquanto o jornalismo político, cultural, econômico ou esportivo muitas vezes opera com agendas previamente estabelecidas, fontes recorrentes e pautas previsíveis, o jornalismo investigativo rompe essa lógica ao buscar informações em esferas que frequentemente escapam às próprias instituições oficiais. A prática envolve a “averiguação de elementos que escapam às próprias autoridades constituídas” (Martino; Silva, 2012, p. 3), por isso, opõe-se ao denominado “jornalismo declaratório”, que apenas reproduz falas de porta-vozes, limitando-se a registrar versões prontas sem questionamento sistemático.

Fortes (2005) reforça que o jornalismo investigativo possui um caráter histórico e se estrutura como um processo especializado dentro das práticas jornalísticas. O autor explica que essa modalidade cresceu a partir de denúncias emblemáticas, como Watergate, mas ganhou densidade no Brasil a partir dos anos 1990, quando redações passaram a criar equipes dedicadas exclusivamente à apuração aprofundada. Fortes observa que o jornalista investigativo assume a função de mediador entre informações sensíveis e o interesse público, atuando com responsabilidade para revelar conteúdos que impactam diretamente a vida coletiva. Para ele, investigar não significa apenas expor fatos ocultos, mas fazê-lo com rigor metodológico, prudência narrativa e consciência ética, garantindo que a divulgação seja responsável e contextualizada.

Outro ponto central que caracteriza o jornalismo investigativo é a presença constante de riscos, tanto simbólicos quanto materiais. Lopes e Proença (apud Noronha; Rocha, 2018, p. 10) destacam que “o caminho do jornalismo investigativo é permeado por algumas dificuldades, considerando sua atuação em desmascarar fraudes, expor injustiças e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos”. Esse tipo de trabalho confronta interesses estabelecidos e, por isso, frequentemente encontra resistência institucional, obstáculos burocráticos e tentativas diretas de impedir que informações venham a público. Em muitos casos, investigar significa romper barreiras impostas por autoridades que controlam documentos, restringem dados e dificultam o acesso a fontes sensíveis.

Dentro dessa mesma perspectiva, o jornalista investigativo costuma enfrentar “pressões políticas ou de anunciantes para que o material não seja publicado” (König 2016 apud Noronha, Rocha, 2018, p. 10-11), uma vez que as reportagens podem atingir grupos empresariais, lideranças políticas ou redes criminosas. pressão podem assumir diversas formas, desde tentativas de intimidação e assédio moral até ameaças mais diretas, colocando em risco a integridade física e emocional do profissional. Assim, a prática necessita de respaldo institucional, apoio jurídico e estratégias de proteção.

A dificuldade de acesso à informação também se impõe como um obstáculo constante. Muitas vezes, “os órgãos oficiais não atendem, não respondem, não dão números”, obrigando o repórter a “ficar caçando” dados, documentos e fontes que substituam a ausência ou recusa das instituições públicas (Dip, 2016, apud Noronha, Rocha, 2018, p. 11). Essa realidade evidencia que o jornalismo investigativo demanda persistência, autonomia e habilidade para contornar fontes oficiais que, em vez de facilitar a transparência, frequentemente atuam para restringi-la. Assim, investigar é, antes de tudo, um exercício contínuo de enfrentamento às estruturas de poder que buscam controlar a circulação de informações.

A nova configuração do jornalismo investigativo, emergente no ambiente digital e marcado pela escassez de recursos nos grandes veículos, promoveu sua descentralização, culminando no protagonismo de iniciativas independentes como a *Agência Pública* e o *The Intercept Brasil*. Essa transformação se revela fundamental ao fortalecer a pluralidade informativa e ampliar o escrutínio público, especialmente em áreas e temas negligenciados pela grande imprensa, confirmando o papel do jornalismo investigativo como um guardião da sociedade na busca pela verdade oculta. Guedes (2020) destaca que a essência do jornalismo investigativo está no tempo de apuração, na busca persistente por fontes confiáveis e na documentação capaz de sustentar denúncias elementos que entram em choque com o ritmo acelerado e os prazos rígidos das redações atuais. Portanto, a investigação se torna um trabalho caro, demorado e frequentemente excluído do espaço editorial.

Já Kinzel (2022) enfatiza que o jornalismo investigativo só alcança sua função social quando revela contradições da realidade com responsabilidade e clareza, pautado por ética e independência. Para a autora, investigar é distinguir denúncia de espetáculo, mantendo distância crítica de interesses empresariais e de lógicas de entretenimento que

fragilizam o interesse público. Essa prática, ao priorizar o “*accountability journalism*”², reafirma sua natureza cidadã: informar de forma qualificada para que a sociedade possa se autogovernar.

A investigação no jornalismo esportivo é um campo ainda pouco explorado, mas de importância crescente diante da complexidade econômica, política e institucional que envolve o esporte moderno. O esporte deixou de ser apenas prática competitiva e se tornou um ecossistema de negócios, poder, relações financeiras, alta visibilidade pública e disputas institucionais intensas, o que abre margem para irregularidades, corrupção, manipulação de resultados, doping, má gestão, violência e violações de direitos. Por isso, o jornalismo investigativo no esporte emerge como um instrumento essencial de fiscalização.

Silva Guimarães, (2025), argumenta que um dos maiores obstáculos enfrentados pelo jornalismo investigativo esportivo é a opacidade estrutural das entidades esportivas. O trabalho aponta que clubes, federações, confederações e empresas do setor operam com baixo nível de transparência, dificultando o acesso a dados e documentos internos. O autor destaca que esse cenário impõe barreiras metodológicas significativas, pois os jornalistas frequentemente encontram dificuldades para obter informações devido à burocracia ou sigilo interno. Em consequência, as investigações aprofundadas dependem de mecanismos alternativos, como o uso de fontes internas, documentos vazados e processos judiciais. Essa resistência institucional à fiscalização confirma que o esporte é um segmento que exige persistência, rigor e estratégias específicas de apuração.

Magagnin (2009) explica que o jornalismo esportivo, por lidar com paixões e identidades coletivas, enfrenta resistência quando expõe temas delicados, pois torcedores podem reagir com hostilidade. A autora discute o desafio do profissional em conciliar paixão e razão na cobertura, afirmando que: "O jornalista que cobre futebol no Brasil é, antes de tudo, torcedor, o que torna ainda mais complexo dosar razão com emoção na hora de cobrir a editoria" (Magagnin, 2009, p. 54). Assim, investigar no esporte significa correr riscos não apenas institucionais e de deslegitimação pública, mas também de sofrer ataques digitais e hostilidade por parte de grupos organizados de torcedores, justamente por contrariar o clubismo.

O trabalho de Magagnin (2009, p. 52) buscou provar a seriedade da editoria de esporte no jornalismo, analisando reportagens históricas de cunho investigativo no

² O conceito refere-se à obrigação de prestar contas à sociedade, garantindo que as ações e decisões sejam transparentes e justificáveis.

futebol brasileiro. A análise focou em reportagens como a "Máfia da Loteria" e a "Máfia do Apito", concluindo que a combinação entre jornalismo investigativo e esportivo é possível e extremamente relevante. Nesses casos, os jornalistas utilizam tanto técnicas de investigação e uso de bancos de dados quanto uma narrativa que expressa a emoção e o lamento do leitor diante dos escândalos revelados. Essa postura visa legitimar o jornalismo esportivo como uma editoria capaz de atuar como contrapoder e denunciar mazelas.

As narrativas esportivas investigativas também enfrentam limitações éticas e metodológicas, pois envolvem jovens atletas, clubes com grande influência pública e agentes poderosos. Por isso, o repórter deve seguir rigorosamente princípios como verificação, sigilo de fontes, apuração documental e cuidado com interpretações precipitadas, exatamente como preconiza o Código de Ética dos Jornalistas e os documentos analisados. A convergência entre esporte, negócios e política torna ainda mais urgente o papel investigativo. Casos envolvendo corrupção em megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas são exemplos clássicos que evidenciam a relevância dessa prática. Investigações sobre superfaturamento, desvio de dinheiro público e contratos irregulares demonstram que o jornalismo investigativo no esporte é, na prática, jornalismo investigativo sobre a sociedade.

Assim, a reportagem investigativa esportiva amplia a compreensão do esporte como fenômeno social, revela estruturas ocultas de poder, protege direitos e contribui para a transparência institucional. Em uma era marcada por espetacularização, desinformação e interesses econômicos crescentes, a investigação esportiva torna-se não apenas necessária, mas indispensável para preservar a integridade do esporte e a credibilidade do jornalismo.

3.2 Revista *piauí*

A revista *piauí* surge em 2006 com a proposta explícita de produzir um jornalismo de fôlego, baseado em grande reportagem, tempo de apuração prolongado e escrita autoral. Desde seu lançamento, a publicação se posiciona como uma alternativa ao jornalismo diário marcado pela rapidez, pela fragmentação da informação e pela dependência de agendas factuais imediatas. Seu projeto editorial privilegia narrativas extensas, observação minuciosa da realidade, multiplicidade de fontes e um estilo de escrita que dialoga com o jornalismo literário, sem abrir mão do rigor factual. Nesse

sentido, a *piauí* se insere em uma tradição de revistas que entendem o jornalismo como forma de conhecimento aprofundado da realidade social, aproximando-se dos princípios do jornalismo investigativo discutidos no capítulo anterior.

Diversos estudos apontam que a *piauí* se consolidou no cenário midiático brasileiro como uma revista de nicho, voltada a um público leitor interessado em análise, contextualização e reflexão crítica. Bastos (2016) observa que a publicação rompe com o modelo tradicional das revistas semanais ao recusar a lógica da urgência e ao apostar em reportagens que muitas vezes levam meses para serem concluídas. Essa escolha editorial redefine a relação entre tempo e notícia, elemento central do jornalismo investigativo, pois permite ao repórter investigar documentos, acompanhar processos institucionais, ouvir diferentes versões e construir narrativas densas, ancoradas em apuração rigorosa. Ao desacelerar o ritmo da produção jornalística, a revista cria condições para um trabalho mais reflexivo e menos dependente da agenda imediata dos acontecimentos, o que favorece abordagens interpretativas e críticas. Nesse modelo, o tempo deixa de ser um obstáculo e passa a funcionar como um recurso estratégico para a compreensão da complexidade social. A *Piauí* se distancia do consumo rápido de informação e propõe uma experiência de leitura que exige envolvimento, atenção e disposição para o pensamento crítico, reforçando sua identidade como veículo de grande reportagem.

A proposta da publicação se manifesta diretamente em sua estrutura editorial, que rejeita o modelo tradicional de editorias rígidas, como política, economia ou esporte. Em vez disso, a revista articula os temas de forma transversal, tratando os acontecimentos como fenômenos complexos que envolvem disputas de poder, interesses econômicos, dimensões culturais e implicações éticas. Esse modelo editorial é fundamental para garantir a perspectiva aprofundada da revista, pois favorece abordagens menos previsíveis e mais analíticas. Rollemberg (2014, p. 14) explica que a *piauí* busca tratar de temas que fogem do “agendamento estrito” da mídia diária, procurando “mais do que informar, refletir sobre assuntos” a partir de uma “angulação diferenciada, um olhar distinto daquele que normalmente é deitado sobre temas cotidianos, mesmo os mais candentes”. Dessa forma, a *piauí* constrói um jornalismo que se afasta da superficialidade e investe na interpretação dos fatos, elevando a reflexão ao patamar de característica central da grande reportagem. A opção por uma periodicidade mensal, em contraste com o modelo semanal, reforça essa lógica editorial ao priorizar o tempo necessário para a construção desse olhar diferenciado e aprofundado.

No que diz respeito à independência editorial, a *piauí* ocupa uma posição singular no campo jornalístico brasileiro. A revista se apresenta como uma publicação independente, sem publicidade tradicional em suas páginas, sustentada majoritariamente por um fundo financeiro ligado a João Moreira Salles, herdeiro do grupo Itaú. Essa configuração econômica é frequentemente citada como um dos pilares que garantem autonomia editorial, ao reduzir a pressão direta de anunciantes sobre o conteúdo publicado. No entanto, como observam Oliveira (2013) e Bastos (2016), essa independência não deve ser compreendida de forma simplista. Ainda que a ausência de publicidade tradicional minimize determinadas interferências comerciais, a existência de um financiamento privado robusto coloca outras questões éticas e estruturais em debate, especialmente no que se refere à concentração de poder econômico e à sustentabilidade do projeto a longo prazo.

A atuação da *piauí* pode ser relacionada ao que defende o Instituto Artigo 220, organização que se fundamenta no artigo de mesmo número da Constituição Federal, que assegura a liberdade de manifestação do pensamento, de criação, expressão e informação, e veda qualquer forma de censura. O instituto atua como espaço de reflexão e defesa de modelos jornalísticos que preservem a independência editorial e a pluralidade informativa, especialmente em um contexto em que a mídia tradicional enfrenta pressões comerciais e políticas crescentes. A perspectiva defendida por essa instituição reforça a compreensão de que a *piauí*, ao se desvincular da publicidade comercial tradicional e se sustentar por meio de financiamento privado específico, cria um ambiente editorial menos sujeito a pressões mercadológicas diretas, o que teoricamente amplia sua capacidade de investigação crítica e de produção de informação sem dependência de anunciantes.

Essa independência, ainda que estruturada em um arranjo financeiro excepcional, se aproxima da ideia constitucional de liberdade de imprensa, conferindo à revista um estatuto diferenciado no panorama midiático brasileiro, no qual a autonomia editorial é preservada mesmo diante da existência de um fundo de sustentação econômica. No âmbito do esporte, e especialmente do futebol, a *piauí* adota uma abordagem que se distancia radicalmente do jornalismo esportivo tradicional. A revista não se dedica à cobertura de campeonatos, resultados ou performances semanais, mas trata o futebol como objeto social, político e econômico. Conforme Oliveira (2013), o jornalismo esportivo-literário presente na *piauí* privilegia bastidores, conflitos institucionais, relações de poder e trajetórias individuais, explorando o esporte como campo simbólico atravessado por interesses diversos. Essa perspectiva permite à revista abordar o futebol

para além do espetáculo, revelando estruturas que normalmente permanecem invisíveis na cobertura diária.

Um dos momentos emblemáticos dessa postura foi a cobertura crítica de temas relacionados à Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Diferentemente da maior parte da imprensa esportiva, que adotou um tom celebratório ou estritamente factual, a *piauí* publicou reportagens que investigaram os impactos econômicos, políticos e sociais do evento, problematizando a atuação da FIFA, da CBF e do Estado brasileiro. Esses textos evidenciaram conflitos entre interesses privados e recursos públicos, além de questionarem a narrativa oficial de legado positivo do megaevento. Ao fazê-lo, a revista reafirmou sua vocação investigativa e sua disposição para tensionar consensos estabelecidos no discurso esportivo hegemônico.

Outro aspecto relevante da abordagem esportiva da *piauí* é o foco em personagens e instituições, e não apenas em partidas ou resultados. Reportagens sobre dirigentes, cartolas, empresários e estruturas de governança do futebol ocupam espaço significativo na revista, revelando práticas opacas, disputas internas e mecanismos de poder. Magagnin (2009) destaca que esse tipo de cobertura se aproxima do jornalismo investigativo ao expor relações pouco transparentes e ao contextualizar o esporte dentro de um sistema econômico mais amplo. Assim, o futebol aparece como um campo estratégico para compreender dinâmicas de corrupção, patrimonialismo e concentração de poder, temas recorrentes na história política brasileira.

A escrita adotada pela *piauí* também merece destaque. Seus textos esportivos combinam descrição detalhada, observação direta e reconstrução narrativa de eventos, sem abrir mão da apuração rigorosa. Essa escolha estilística reforça o caráter autoral da reportagem e contribui para envolver o leitor em narrativas complexas, que exigem atenção e reflexão. Ao investir em uma escrita cuidadosa e densa, a revista se afasta da linguagem padronizada do jornalismo esportivo cotidiano e aproxima o leitor de processos, personagens e contextos que não se esgotam na superfície dos fatos. Segundo Bastos (2016), essa dimensão literária não representa um afastamento da ética jornalística, mas, ao contrário, amplia a responsabilidade do repórter, que precisa sustentar narrativas longas com dados verificáveis, fontes consistentes e coerência interna. Nesse sentido, a forma narrativa se torna parte do compromisso ético da reportagem, pois a liberdade estilística exige rigor redobrado na checagem das informações e na fidelidade aos acontecimentos relatados.

A presença do esporte na *piauí* também revela uma escolha editorial significativa: em vez de acompanhar o calendário esportivo, a revista seleciona temas que permanecem relevantes ao longo do tempo, como a estrutura do futebol brasileiro, os mecanismos de poder da CBF, a

mercantilização do esporte e as contradições entre paixão popular e interesses econômicos. Essa estratégia permite que o esporte seja tratado como fenômeno social e cultural duradouro, e não apenas como espetáculo episódico. Ao privilegiar análises estruturais, a publicação desloca o foco do resultado imediato para os processos que sustentam o funcionamento do campo esportivo. Essa opção reforça a ideia de que o jornalismo esportivo pode e deve ir além do imediatismo, contribuindo para o debate público de forma mais profunda, crítica e responsável, alinhada aos princípios do jornalismo investigativo.

Do ponto de vista ético, a atuação da *piauí* no campo esportivo dialoga diretamente com os princípios discutidos nos capítulos anteriores. Ao evitar o sensacionalismo, a personalização excessiva e o humor descontextualizado, a revista preserva a dignidade dos sujeitos retratados e prioriza o interesse público. Além disso, sua disposição para investigar instituições poderosas reforça o papel social do jornalismo como instância de fiscalização e produção de conhecimento. Como observa Rollemberg (2014), a grande reportagem esportiva da *piauí* tensiona as fronteiras entre jornalismo, literatura e investigação, sem abdicar do compromisso ético com a verdade factual.

Textos como *Campeões mundiais, uni-vos!* (Fujita, 2010) revelam essa perspectiva ao deslocar o foco da glória esportiva para a condição social e material dos ex-jogadores campeões do mundo. A reportagem não se ocupa de feitos em campo, mas dos bastidores da memória esportiva, expondo a precarização, o esquecimento e as contradições que atravessam a trajetória de atletas consagrados. Ao abordar temas como aposentadoria, saúde, exploração de imagem e relações com grandes marcas esportivas, o texto opera uma investigação de natureza social, revelando estruturas de poder e desigualdade pouco exploradas no noticiário esportivo convencional.

Essa mesma lógica de interpretação ampliada aparece na reportagem *Depois do 7 x 1* (Ramos, 2014), texto que toma a derrota histórica da seleção brasileira na Copa do Mundo como ponto de partida para uma reflexão ensaística sobre identidade nacional, trauma coletivo e memória social. Em vez de narrar o jogo ou analisar aspectos técnicos da partida, a reportagem investiga os sentidos simbólicos do acontecimento, tratando o futebol como linguagem cultural capaz de condensar frustrações, expectativas e crises mais amplas da sociedade brasileira.

Em tom satírico e crítico, o texto *Craque não precisa jogar* (Caetano, 2010) funciona como uma caricatura do futebol-espetáculo e da lógica mercadológica que transforma o atleta em produto. A narrativa ficcionalizada, construída a partir da voz do próprio jogador, evidencia o esvaziamento da prática esportiva em favor da publicidade, do marketing pessoal e da espetacularização midiática. Trata-se de um recurso narrativo que, embora não investigativo no sentido clássico, cumpre função crítica ao desnudar os mecanismos simbólicos que sustentam o futebol contemporâneo.

A dimensão investigativa aparece de forma ainda mais explícita em *A Copa do Cabo ao Rio* (Pinheiro, 2010), uma das reportagens mais extensas e densas do conjunto analisado. O texto realiza um amplo levantamento sobre os impactos econômicos, políticos e sociais da Copa do Mundo da África do Sul, articulando dados financeiros, entrevistas, estudos acadêmicos e exemplos concretos de corrupção, elitização e uso de dinheiro público. A reportagem antecipa debates que seriam centrais no contexto brasileiro às vésperas da Copa de 2014, revelando o papel da FIFA como uma entidade com poder supranacional e expondo a subordinação de Estados nacionais a interesses privados.

Essa abordagem crítica do futebol enquanto estrutura de poder institucional também se manifesta em *O presidente* (Pinheiro, 2011), que analisa a atuação da Confederação Brasileira de Futebol a partir de um perfil investigativo de sua liderança. Ao examinar os bastidores da entidade, suas articulações políticas e sua opacidade administrativa, a reportagem desloca o foco do campo para as instâncias decisórias do futebol, evidenciando como o esporte se organiza a partir de relações de poder pouco transparentes, frequentemente blindadas da fiscalização pública.

Outras reportagens reforçam a escolha da *piauí* por personagens marginais ou pouco valorizados no discurso esportivo dominante. *A solidão do juiz* (Crowe, 2010) desloca o olhar do craque para o árbitro, tratando sua atuação a partir de uma chave filosófica inspirada no existencialismo de Jean-Paul Sartre. O texto articula teoria e prática esportiva para refletir sobre responsabilidade, decisão e angústia, revelando o futebol como espaço privilegiado de dilemas morais e humanos. A mesma lógica aparece em *Sardinha forever* (Cassaro, 2010), que transforma um torcedor anônimo da Portuguesa em personagem central da narrativa, humanizando o futebol ao evidenciar a dimensão afetiva, identitária e histórica da relação entre clube e torcida.

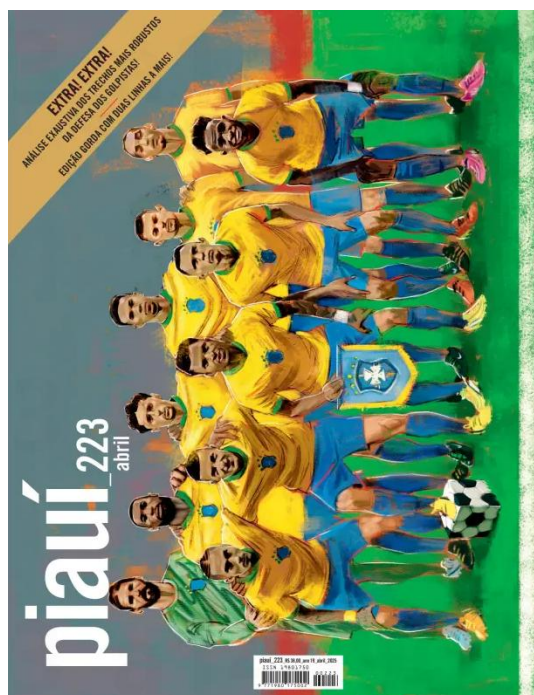
Essas reportagens e crônicas confirmam que a *piauí* não trata o futebol como mero espetáculo ou produto de consumo rápido, mas como fenômeno social complexo, atravessado por relações de poder, interesses econômicos, disputas simbólicas e experiências humanas. São abordagens que reforçam o caráter investigativo da revista, ainda que nem sempre no formato clássico da denúncia, mas na investigação das estruturas, discursos e práticas que sustentam o esporte, articulando-se diretamente com o debate sobre jornalismo investigativo desenvolvido na seção anterior.

Dessa forma, a revista *piauí* se consolida como um objeto privilegiado para a análise do jornalismo investigativo no esporte. Sua trajetória evidencia que é possível produzir narrativas esportivas aprofundadas, críticas e socialmente relevantes, mesmo em um ambiente midiático marcado pela espetacularização e pela pressão por entretenimento. Ao tratar o futebol como fenômeno social complexo, a *piauí* contribui para ampliar os horizontes do jornalismo esportivo brasileiro e oferece um contraponto importante às práticas hegemônicas da editoria. Essa característica justifica a escolha da revista como objeto empírico deste trabalho e fundamenta a análise da reportagem específica que será desenvolvida nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

Este capítulo dedica-se à exposição detalhada dos procedimentos metodológicos para investigar de que maneira a reportagem investigativa *As extravagâncias sem fim da CBF*, publicada na edição de abril de 2025 da revista *piauí* (Figura 1), evidenciou tensões entre liberdade de imprensa, ética jornalística e interesses institucionais, a partir da repercussão do caso na rede de televisão *ESPN*.

Figura 1 – Capa da edição de abril de 2025 da revista *piauí*



Fonte: Reprodução/Revista *piauí*

Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando as técnicas de entrevista semiestruturada e análise documental e de conteúdo. A combinação dessas abordagens permite uma compreensão aprofundada das complexidades envolvidas no caso, desde a perspectiva do jornalista investigativo até a análise dos discursos midiáticos e suas implicações éticas.

A pesquisa qualitativa, conforme elucidado por Minayo (2002), se concentra no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que busca a mensuração e a generalização estatística, a abordagem qualitativa visa aprofundar

a compreensão de um fenômeno em seu contexto natural, explorando suas nuances e particularidades.

No contexto desta pesquisa, a abordagem qualitativa é particularmente pertinente, pois o objeto de estudo envolve dilemas éticos, pressões institucionais e a subjetividade da prática jornalística. A análise das tensões entre liberdade de imprensa, ética e interesses institucionais exige uma investigação que vá além da superfície dos fatos, buscando interpretar os discursos, as motivações e as percepções dos atores envolvidos. Minayo (2002) enfatiza que a pesquisa qualitativa deve estar atenta à complexidade do objeto, buscando uma compreensão holística que considere o contexto social, político e histórico em que o fenômeno está inserido.

Além disso, a pesquisa é de caráter exploratório, uma vez que busca familiarizar-se com o fenômeno em questão, tornando-o mais explícito e construindo hipóteses (Gil, 2002). A natureza complexa das interações entre jornalismo investigativo, ética e interesses midiáticos demanda uma exploração aprofundada para identificar as variáveis relevantes e as relações que podem ser estabelecidas. A fase exploratória é crucial para a formulação de um quadro teórico mais robusto e para a identificação de categorias de análise que serão utilizadas na etapa de análise de conteúdo.

Para a coleta de dados primários, optou-se pela técnica da entrevista semiestruturada. Esta modalidade de entrevista é amplamente reconhecida na pesquisa qualitativa por sua capacidade de combinar a flexibilidade de uma conversa informal com a estrutura necessária para abordar os tópicos de interesse da pesquisa. Conforme destaca Duarte (2005), a entrevista semiestruturada é um instrumento poderoso para acessar a experiência e a perspectiva dos indivíduos sobre eventos específicos, permitindo que o entrevistado discorra livremente sobre o tema, ao mesmo tempo em que o pesquisador mantém o foco nos objetivos do estudo. Permite que o entrevistado discorra sobre o tema proposto sem as amarras de um questionário rígido, possibilitando a emergência de dados que o pesquisador, muitas vezes, não havia antecipado.

O roteiro da entrevista semiestruturada é previamente elaborado e serve como um guia para a conversa, assegurando que todos os pontos relevantes para o problema de pesquisa sejam abordados. No entanto, a natureza semiestruturada permite ao pesquisador adaptar as perguntas, aprofundar em respostas inesperadas e explorar novas direções que surgiram durante o diálogo, enriquecendo a coleta de dados. Esta flexibilidade é crucial para captar as nuances e as complexidades de um caso como o da reportagem analisada, na qual as percepções e experiências pessoais do jornalista são fundamentais para a

compreensão das tensões éticas e institucionais. O roteiro utilizado pode ser consultado no Apêndice A.

O sujeito selecionado para esta etapa é o jornalista Allan Abreu, repórter da Revista *piauí* e autor da reportagem a gestão de Ednaldo Rodrigues, então presidente da CBF. A escolha de Abreu como informante-chave é estratégica, pois ele detém o conhecimento "de dentro" sobre a apuração, as fontes consultadas, os desafios enfrentados e as pressões sofridas. A entrevista visa preencher as lacunas que o texto publicado não revela, focando nos bastidores éticos, na percepção do profissional sobre a liberdade de imprensa no Brasil e em sua visão sobre a repercussão do caso na *ESPN*. A entrevista foi realizada em formato remoto e gravada (com consentimento prévio do entrevistado) para posterior transcrição e análise.

A segunda frente metodológica consiste na análise documental, que se debruça sobre o corpus empírico da pesquisa. Trata-se de um procedimento que utiliza métodos e técnicas para a investigação de documentos, visando extrair informações e evidências que sustentem a argumentação científica. No presente estudo, os documentos são a reportagem da Revista *piauí* e os materiais de repercussão da *ESPN*.

A análise de reportagem é realizada através de um conjunto de critérios específicos, focados na prática jornalística e na sua repercussão. Este método permite uma análise mais ampla e direta da peça jornalística e dos materiais audiovisuais, concentrando-se nos aspectos que respondem diretamente ao problema de pesquisa: as tensões entre o jornalismo investigativo e os interesses institucionais.

O corpus desta pesquisa é composto por dois conjuntos de documentos: a reportagem investigativa da revista *piauí* (abril/2025) e materiais de repercussão do caso na emissora *ESPN*, especializada em cobertura esportiva. Os quadros 1 e 2 sintetizam os pontos que conduzem a investigação empírica

Quadro 1 – Elementos analisados na reportagem *As extravagâncias sem fim da CBF*

Elemento analisado	Foco da investigação
Técnicas de Jornalismo Investigativo	Identificação de como a apuração foi conduzida, o uso de documentos oficiais, a diversidade de fontes e a profundidade da pesquisa.
Estrutura Narrativa	Como a história é contada, o uso de elementos descritivos, a construção dos personagens e a contextualização dos fatos.

Pontos de Conflito	Quais informações ou revelações da reportagem podem ter gerado tensões com a CBF ou outros interesses institucionais.
--------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 2 – Elementos analisados do caso *ESPN*

Elemento analisado	Foco da investigação
Enquadramento	Como a reportagem da piauí foi apresentada (ou não) pela <i>ESPN</i> . Houve destaque, minimização, silenciamento ou crítica?
Argumentos mobilizados	Quais discursos foram utilizados para discutir o caso (ou para justificar a ausência de discussão), e como esses discursos se alinham ou se chocam com os princípios da ética jornalística e da liberdade de imprensa.
Tensões éticas e comerciais	Evidências de como os interesses comerciais (direitos de transmissão, patrocínios) podem ter influenciado a cobertura ou a falta dela, gerando um conflito com o dever de informar.

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante destacar que os materiais de repercussão da *ESPN* não se limitam a trechos do programa ao vivo, visto que inclui notas oficiais, artigos de opinião e comentários de jornalistas da própria emissora publicados em perfis pessoais em redes sociais on-line.

A análise cruzada destes documentos, triangulada com os dados obtidos na entrevista com Allan Abreu, constitui o eixo central deste trabalho, permitindo uma análise aprofundada sobre os limites e as possibilidades do "jornalismo sério" no contexto do esporte espetacularizado. Esse procedimento visa aumentar a validade e a confiabilidade dos resultados, permitindo que o pesquisador observe o mesmo fenômeno sob diferentes ângulos e minimize os vieses inerentes a uma única fonte de dados. A triangulação permite confrontar as diferentes narrativas e percepções, construindo uma compreensão mais completa e robusta do caso.

Além disso, a pesquisa respeita os preceitos éticos da investigação científica. A entrevista com Allan Abreu garantiu que o entrevistado estivesse ciente dos objetivos da pesquisa e obteve sua autorização do mesmo para a incorporação de trechos selecionados nesta pesquisa. O uso dos materiais da Revista *piauí* e da *ESPN* respeita o direito de citação para fins acadêmicos, conforme a legislação vigente.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo dedica-se à análise empírica do objeto de pesquisa, articulando teoria e a prática jornalística, a partir do estudo de caso da reportagem *As extravagâncias sem fim da CBF*, de Allan de Abreu, publicada na Revista *piauí*, em abril de 2025. Conforme estabelecido na metodologia deste trabalho, a análise estrutura-se em dois grandes eixos de texto corrido: o primeiro eixo integra a reportagem e a entrevista concedida pelo autor; o segundo examina a repercussão institucional e midiática da matéria, especialmente no contexto do jornalismo esportivo televisivo. Tal organização permite observar não apenas o produto jornalístico final, mas também suas condições de produção e os efeitos simbólicos e institucionais decorrentes da prática investigativa, respondendo ao problema de pesquisa que busca compreender de que maneira o jornalismo investigativo no esporte evidencia as tensões entre liberdade de imprensa, ética jornalística e interesses institucionais.

5.1 A reportagem e o repórter

A reportagem analisada representa uma ruptura significativa com o modelo hegemônico do jornalismo esportivo brasileiro, tradicionalmente orientado pela cobertura factual imediata e pela lógica do entretenimento. Essa ruptura é explicitada pelo próprio autor ao afirmar que o jornalismo investigativo no esporte é hoje “super escasso” e que, no futebol brasileiro, ele “praticamente não existe mais”, sendo sua investigação uma “rara exceção” em um campo marcado pela ausência de apurações aprofundadas (Abreu, entrevista, 2026). Ao deslocar o foco do espetáculo esportivo para as engrenagens institucionais da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Abreu insere o futebol no debate público como campo político, econômico e simbólico de relevância social.

Esse deslocamento aproxima a prática analisada do que Kinzel (2022) define como *accountability journalism*, ou jornalismo de prestação de contas, cuja função central é fiscalizar instituições que exercem poder sobre a vida pública, ainda que se apresentem formalmente como entidades privadas. A CBF faz a gestão de um patrimônio simbólico e cultural de interesse coletivo: o futebol brasileiro. Essa contradição entre natureza jurídica e função social legitima a intervenção do jornalismo investigativo, conforme argumenta Karam (2004), ao afirmar que o jornalismo participa ativamente da construção do mundo público e interfere na vida social ao tornar visíveis práticas que afetam a coletividade. Nesse sentido, a reportagem da *piauí* não apenas informa, mas

problematiza a atuação de uma instituição cuja legitimidade pública depende, necessariamente, de transparência e responsabilidade. Do ponto de vista narrativo e metodológico, a investigação parte de acontecimentos singulares como o custeio de viagens internacionais, hospedagens de luxo, despesas pessoais e benefícios concedidos a familiares, políticos e aliados para revelar padrões estruturais de gestão. Essa estratégia confirma a formulação de Genro Filho (1987), segundo a qual o jornalismo organiza a realidade a partir da singularidade, transformando fatos específicos em chaves de leitura para fenômenos universais. Assim, os episódios relatados não são apresentados como exceções ou deslizes pontuais, mas como sintomas de um modelo de gestão baseado no patrimonialismo, na troca de favores e na opacidade administrativa.

Aprofundando a análise da singularidade proposta por Genro Filho, percebe-se que cada nota fiscal descrita por Abreu funciona como um "microcosmo" da corrupção institucionalizada. Quando o repórter detalha o gasto com uma babá em uma viagem oficial, ele não está apenas apontando um desvio ético individual, mas desvelando a lógica de apropriação privada da coisa pública que permeia a CBF. Essa técnica narrativa, que utiliza o detalhe para iluminar o todo, é o que garante a força do jornalismo investigativo diante de instituições que tentam se justificar através de grandes discursos de modernização.

A entrevista concedida por Allan de Abreu reforça essa leitura ao explicitar os obstáculos enfrentados durante o processo de apuração. O jornalista destaca que investigar a CBF é particularmente difícil porque se trata de uma entidade privada que “não é obrigada a publicar documentos e questões orçamentárias”, o que faz com que “tudo fique muito mais difícil” (Abreu, entrevista, 2026). Nesses casos, segundo ele, o repórter depende fundamentalmente de fontes que forneçam acesso à documentação interna, o que amplia os riscos e a complexidade do trabalho investigativo. Essa dinâmica aproxima-se do conceito de opacidade estrutural discutido por Guimarães (2025), segundo o qual determinadas instituições desenvolvem mecanismos permanentes de blindagem informacional para evitar a fiscalização externa.

O jornalismo investigativo, nesse contexto, assume o papel de romper essas barreiras por meio de apuração prolongada, cruzamento de fontes e rigor ético. Um elemento central revelado na entrevista diz respeito à posição de Abreu no campo jornalístico. Ao não atuar como setorista esportivo, o jornalista se manteve relativamente afastado das relações de dependência que caracterizam a cobertura cotidiana do futebol. Essa condição externa ao campo esportivo tradicional permitiu maior autonomia editorial

e distanciamento crítico em relação às fontes institucionais. Tal aspecto pode ser compreendido à luz da teoria dos campos de Bourdieu (2018), segundo a qual os agentes inseridos em determinado campo tendem a internalizar suas regras, limites e hierarquias. No jornalismo esportivo, essa inserção prolongada frequentemente resulta em relações simbióticas entre jornalistas, dirigentes e federações, o que pode comprometer a função fiscalizadora da imprensa. Abreu, ao cobrir prioritariamente política e crime organizado, trouxe consigo um olhar investigativo que não aceita a naturalização de privilégios comuns no meio esportivo. O que para um setorista poderia parecer uma "cortesia de praxe", para Abreu é uma evidência de malversação de recursos. Essa disputa de percepções é, no fundo, uma disputa pela definição ética do jornalismo.

Ao investigar a CBF a partir de fora desse circuito habitual, a reportagem analisada rompe com a lógica de proteção mútua que sustenta o campo esportivo-midiático. Essa ruptura evidencia a fragilidade do modelo dominante de cobertura, no qual o acesso às fontes e aos eventos esportivos muitas vezes depende da manutenção de uma postura acrítica. Como argumentam Martino e Silva (2012), o jornalismo cumpre sua função social quando atua como fiscalizador do poder, ainda que isso implique tensionar relações estabelecidas e enfrentar reações institucionais adversas.

A dimensão ética da investigação é aprofundada pela entrevista ao revelar decisões editoriais. Um dos exemplos mais significativos é a escolha de não divulgar informações relativas a um suposto caso de assédio sexual na CBF. Abreu relata que, apesar de ter obtido indícios, optou por não publicar porque “não tivemos 100% de certeza da veracidade da informação” e porque a própria vítima “negava ter sido assediada”, o que poderia gerar danos irreversíveis (Abreu, entrevista, 2026). Essa decisão ilustra a ética da verificação discutida por Christofolletti (2005), segundo a qual a credibilidade jornalística resulta da aplicação rigorosa de procedimentos éticos, mesmo diante de informações potencialmente sensacionalistas.

Em um ambiente midiático marcado pela busca incessante por visibilidade, cliques e engajamento, a decisão de não publicar uma informação potencialmente sensacional demonstra compromisso com a ética profissional e com a dignidade humana. Tal postura dialoga com o que Fidalgo e Christofolletti (2014) denominam ética da responsabilidade, segundo a qual o jornalista deve avaliar não apenas o valor-notícia, mas também os impactos sociais e simbólicos de suas escolhas narrativas. Conforme estabelece o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), a divulgação da

informação deve sempre atender ao interesse público e respeitar os direitos humanos, mesmo diante de pressões competitivas.

A reportagem também evidencia a interseção entre o campo esportivo e outros campos de poder, especialmente o político e o jurídico. A presença de parlamentares, magistrados e autoridades públicas em viagens custeadas pela CBF revela uma estratégia de construção de alianças simbólicas que visam garantir proteção institucional e reduzir riscos de responsabilização. Ao expor essas relações, o jornalismo investigativo tensiona narrativas oficiais de moralidade, modernização e boa governança, revelando contradições entre discurso e prática. Como destaca Medina (1982), a função social do jornalismo consiste justamente em contextualizar os fatos e revelar suas causas estruturais, permitindo que a sociedade compreenda os mecanismos que sustentam desigualdades, abusos de poder e práticas patrimonialistas. A articulação entre reportagem e entrevista, portanto, evidencia que o jornalismo investigativo não se limita à denúncia, mas opera como forma de conhecimento social crítico. A investigação conduzida por Allan de Abreu também permite refletir sobre a relação entre jornalismo investigativo e credibilidade em um contexto marcado por crises de confiança na mídia.

A reportagem evidencia que a credibilidade não é um atributo abstrato ou automático, mas o resultado de um processo contínuo de verificação, transparência metodológica e coerência ética. Conforme argumenta Christoforetti (2005), a credibilidade jornalística está diretamente associada à capacidade do jornalista de demonstrar responsabilidade diante da informação que divulga, especialmente quando esta envolve acusações graves contra instituições poderosas. No caso analisado, a sustentação da narrativa em documentos, áudios e múltiplas fontes demonstra uma preocupação constante em blindar a reportagem contra tentativas de deslegitimação.

A entrevista com Abreu reforça essa dimensão ao revelar que parte significativa do trabalho investigativo foi dedicada não apenas à obtenção das informações, mas à confirmação exaustiva de sua veracidade. O jornalista destaca que, em contextos de poder institucionalizado, qualquer falha de apuração pode ser utilizada como estratégia de ataque à credibilidade do veículo e do repórter. Essa percepção dialoga com a reflexão de Karam (2004), segundo a qual o jornalismo que enfrenta estruturas de poder precisa operar com rigor redobrado, pois sua legitimidade pública é constantemente colocada em xeque por aqueles que se sentem ameaçados pela exposição. Nesse sentido, o jornalismo investigativo distancia-se radicalmente das práticas de cobertura declaratória, ainda predominantes no jornalismo esportivo brasileiro. Enquanto o modelo declaratório se

limita à reprodução de falas oficiais e comunicados institucionais, a investigação da *piauí* constrói um contraponto crítico ao discurso da CBF, confrontando declarações públicas com evidências empíricas. Essa postura confirma a crítica de Traquina (2005), que aponta como a dependência excessiva de fontes oficiais tende a reproduzir relações de poder assimétricas, enfraquecendo a função fiscalizadora da imprensa.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão temporal da investigação. A reportagem é resultado de um processo prolongado de apuração, que contrasta com a lógica da velocidade e da instantaneidade que domina o ecossistema midiático contemporâneo. Conforme observa Medina (1982), o jornalismo de profundidade exige tempo para observar, comparar e contextualizar, permitindo que o repórter vá além do acontecimento imediato e alcance suas causas estruturais. A opção editorial da *piauí* por investir tempo e recursos em uma investigação extensa reforça seu compromisso com um modelo de jornalismo que privilegia a compreensão em detrimento da rapidez. A entrevista também evidencia como a temporalidade prolongada da investigação se relaciona com a ética profissional. Abreu relata que a pressão por publicação imediata poderia comprometer a verificação dos dados e a consistência da narrativa. Essa escolha revela uma resistência consciente à lógica do imediatismo, que, segundo Christofolletti (2011), tende a fragilizar os processos éticos de produção da notícia. Ao recusar atalhos e simplificações, a reportagem reafirma a centralidade da ética como fundamento da prática jornalística investigativa.

Além disso, a análise integrada da reportagem e da entrevista permite compreender como o jornalismo investigativo atua como forma de resistência simbólica em campos marcados por forte concentração de poder. A CBF, ao longo de décadas, consolidou-se como uma instituição com enorme capacidade de influência política, econômica e midiática. Esse poder se manifesta não apenas na gestão do futebol, mas também na capacidade de moldar narrativas públicas e silenciar críticas. A investigação de Abreu tensiona esse poder ao expor práticas que contradizem a imagem institucional de moralidade e modernização construída pela entidade. Essa tensão pode ser interpretada a partir da noção de poder simbólico desenvolvida por Bourdieu (2018). Para o autor, o poder simbólico opera de forma invisível, naturalizando hierarquias e privilégios por meio de discursos legitimadores. Ao revelar os bastidores da gestão da CBF, o jornalismo investigativo rompe com essa naturalização, desvelando as estruturas que sustentam o poder institucional. A entrevista reforça essa leitura ao indicar que a reação da entidade

foi marcada por tentativas de intimidação jurídica e simbólica, evidenciando que a exposição pública é percebida como ameaça real.

A atuação do jornalismo investigativo, nesse contexto, não se limita à denúncia de irregularidades, mas contribui para a ampliação do debate público sobre governança, transparência e responsabilidade social no esporte. Como argumenta Genro Filho (1987), o jornalismo cumpre sua função social quando possibilita a compreensão crítica da realidade, permitindo que os sujeitos sociais interpretem os fatos para além de sua aparência imediata. A reportagem analisada cumpre esse papel ao conectar gastos aparentemente isolados a um sistema mais amplo de gestão patrimonialista. Outro ponto relevante diz respeito à relação entre jornalismo investigativo e interesse público. A entrevista com Abreu deixa claro que a investigação foi orientada pela compreensão de que os recursos administrados pela CBF, embora formalmente privados, possuem impacto direto na vida social, cultural e esportiva do país. Essa compreensão aproxima-se da noção de interesse público discutida por Karam (2004), segundo a qual o jornalismo deve priorizar informações que afetem coletivamente a sociedade, mesmo quando isso implique confrontar interesses privados poderosos.

A análise também evidencia que o jornalismo investigativo no esporte enfrenta desafios específicos, relacionados à cultura do entretenimento e à idolatria em torno do futebol. Allan de Abreu destaca que parte da resistência à investigação decorre da tentativa de “despolitizar o esporte”, apresentando-o como espaço neutro, desvinculado de disputas de poder. Essa despolitização, no entanto, é questionada pela própria reportagem, que demonstra como decisões administrativas e financeiras impactam diretamente a qualidade técnica do futebol, a arbitragem e a credibilidade das competições. Nesse sentido, a investigação estabelece uma conexão direta entre ética administrativa e consequências práticas no campo esportivo. Ao revelar cortes de investimentos em áreas fundamentais, como a formação e o treinamento de árbitros, a reportagem evidencia que a má gestão não é apenas um problema moral, mas também técnico e social. Essa articulação reforça a função pedagógica do jornalismo, conforme defendida por Medina (1982), ao permitir que o público compreenda as relações de causa e efeito que estruturam a realidade social.

Aprofundando a análise das técnicas de jornalismo investigativo empregadas por Allan de Abreu, é possível notar que a diversidade de fontes foi um dos pilares que sustentou a robustez da reportagem. O repórter não se limitou a fontes oficiais da CBF, que frequentemente operam sob uma lógica de relações públicas, mas buscou informantes

em diversas camadas da instituição, desde funcionários de baixo escalão até ex-dirigentes e agentes externos do campo jurídico. Convocar múltiplas fontes é o que permite ao jornalista escapar da armadilha do jornalismo declaratório, onde a verdade é reduzida à versão de quem detém o poder. Na entrevista, Abreu destaca que o uso de documentos oficiais e registros financeiros foi fundamental para dar materialidade às denúncias, transformando o que seriam apenas "rumores de bastidores" em fatos comprovados. Esta profundidade na pesquisa é o que diferencia a *piauí* de outros veículos que, por pressa ou falta de recursos, acabam produzindo uma cobertura superficial. Como aponta Fortes (2005), o amadurecimento do jornalismo investigativo no Brasil passa necessariamente pela capacidade do repórter de lidar com grandes volumes de dados e transformá-los em narrativas compreensíveis para o grande público.

A estrutura narrativa da reportagem também merece destaque pela forma como utiliza elementos descritivos para humanizar e, ao mesmo tempo, criticar a gestão da CBF. Ao descrever com minúcias o luxo dos hotéis no Catar e o contraste com a falta de estrutura para os árbitros no Brasil, Abreu constrói uma narrativa que apela para o senso de justiça do leitor. A construção dos personagens não é maniqueísta, mas baseada em ações e fatos documentados, o que confere ao texto uma autoridade moral que desafia a retórica institucional. Esta técnica narrativa é o que permite que a reportagem transcenda o campo esportivo e se torne uma peça de crítica social e política. A contextualização dos fatos, inserindo as "extravagâncias" de Ednaldo Rodrigues em uma linhagem histórica de presidentes da CBF envolvidos em escândalos (como Ricardo Teixeira e Marco Polo Del Nero), demonstra que o problema não é apenas individual, mas sistêmico. Esta visão histórica é fundamental para que o jornalismo cumpra seu papel de memória social, impedindo que cada novo escândalo seja tratado como um fato isolado e sem precedentes. Como afirma Medina (1982), o jornalismo deve ajudar a sociedade a compreender as continuidades e rupturas do poder, agindo como um farol que ilumina as estruturas que permitem a repetição de práticas abusivas.

As tensões evidenciadas pela reportagem da *piauí* e pela entrevista de Abreu também tocam na questão da segurança e dos riscos inerentes ao jornalismo investigativo que enfrenta entidades poderosas. Abreu relata que, embora não tenha sofrido ameaças físicas diretas, a pressão jurídica e a tentativa de censura são formas de retaliação que buscam asfixiar a liberdade de imprensa. A "sede judicial", como ele define, é uma estratégia comum de grandes instituições para intimidar repórteres e veículos, onerando-os com processos custosos e demorados. Esta tensão revela que a liberdade de imprensa

no Brasil ainda é um direito sob constante ameaça, exigindo que os jornalistas possuam não apenas técnica, mas também o respaldo institucional de veículos que não se curvem ao poder econômico ou jurídico. A ética da coragem, mencionada implicitamente por Abreu, é o que permite que o jornalismo continue a exercer sua função de contrapoder, mesmo em um ambiente hostil. Esta análise confirma que o jornalismo investigativo no esporte, ao adotar o rigor e a profundidade das grandes reportagens políticas, eleva o nível do debate público e fortalece a democracia, provando que nenhuma instituição, por mais poderosa que seja, deve estar acima do escrutínio da sociedade e da fiscalização da imprensa livre.

5.2 O caso *ESPN* e a ética no jornalismo esportivo

A segunda etapa da análise concentra-se especificamente na repercussão da reportagem *As extravagâncias sem fim da CBF* no jornalismo esportivo televisivo, tendo como recorte empírico central o debate realizado no programa *Linha de Passe*, exibido pela *ESPN*. Conforme, definido na metodologia, como parte constitutiva do estudo de caso. A observação da repercussão não se limita à circulação do conteúdo jornalístico, mas permite analisar os efeitos institucionais, simbólicos e profissionais gerados quando uma reportagem investigativa é discutida publicamente em um espaço midiático marcado pela lógica do comentário, do entretenimento e da dependência comercial do futebol.

Um dos aspectos mais significativos observados é o silêncio de grandes conglomerados de mídia diante da publicação da reportagem. Conforme relatado por Allan de Abreu na entrevista, veículos de imprensa com vínculos comerciais diretos com a CBF optaram por não repercutir a investigação, mesmo diante da gravidade das informações apresentadas. Esse silêncio não pode ser interpretado como neutralidade editorial, mas como estratégia ativa de blindagem institucional. Ao não noticiar, determinados veículos contribuem para a tentativa de invisibilização do fato, reduzindo seu alcance simbólico e político.

Essa dinâmica dialoga com as reflexões de Christofolletti (2011), que analisa como a lógica da velocidade informacional e da sobrecarga de conteúdos pode ser instrumentalizada para diluir denúncias relevantes. No ambiente digital, o silêncio torna-se uma forma eficaz de controle simbólico, pois permite que o tempo e o fluxo contínuo de novas informações esvaziem o impacto de investigações que exigiriam acompanhamento prolongado. Assim, a ausência de cobertura funciona como mecanismo

de proteção a interesses institucionais, subordinando o direito à informação à lógica da conveniência econômica. Em contraste com esse silêncio hegemônico, a repercussão da reportagem no programa "Linha de Passe" representou uma ruptura parcial com a lógica dominante do jornalismo esportivo televisivo. Ao trazer a investigação para o centro do debate, apresentar documentos, reproduzir áudios e problematizar a atuação da CBF, os jornalistas envolvidos reafirmaram a função do jornalismo como instância de fiscalização do poder.

A discussão realizada durante a exibição do programa deslocou a cobertura do campo estritamente esportivo para uma análise institucional, evidenciando como decisões administrativas e financeiras impactam diretamente a credibilidade do futebol brasileiro. Para compreender a profundidade dessa ruptura, é necessário analisar os discursos mobilizados durante o programa. De forma geral, os comentaristas enfatizaram a materialidade das provas apresentadas pela reportagem da *piaui*, destacando que se tratava de uma investigação sustentada por documentos e registros oficiais, e não por opiniões ou especulações. Essa ênfase na materialidade da apuração funciona como estratégia discursiva de legitimação do jornalismo investigativo, aproximando-se da concepção de jornalismo defendida por Medina (1982), para quem a prática jornalística deve atuar como mediação crítica, contextualizando os fatos e revelando suas implicações sociais.

O jornalista Pedro Ivo Almeida, um dos participantes do debate, aprofundou a crítica ao focar no impacto técnico da má gestão: "Enquanto se gasta com luxo no Catar, a arbitragem brasileira vive uma crise sem precedentes por falta de investimento em tecnologia e treinamento. O erro do juiz no domingo é filho direto da extravagância do dirigente na segunda-feira". Esta articulação de Pedro Ivo conecta o efeito (o erro de arbitragem) à causa estrutural (o desvio de finalidade dos recursos). Ele retira o debate do campo meramente moral e o insere no campo da eficiência técnica e da justiça desportiva. Outro participante, o jornalista Gian Oddi complementou a análise ao questionar o silêncio das outras federações: "Onde estão os presidentes das federações estaduais que veem esse dinheiro ser queimado e não dizem nada? O silêncio deles é o que garante a manutenção desse sistema". Aqui, Oddi aponta para a rede de cumplicidade que Bourdieu (2018) descreve como a manutenção do *status quo* através do capital social e político.

Entretanto, a reação institucional subsequente à repercussão evidencia os limites dessa resistência. A suspensão dos jornalistas envolvidos após o debate configura um exemplo emblemático do que a literatura sobre liberdade de imprensa denomina *chilling*

effect, ou “efeito resfriamento”. Esse conceito refere-se a situações em que punições ou retaliações dirigidas a profissionais da imprensa produzem um efeito intimidatório coletivo, desestimulando futuras investigações e favorecendo a autocensura. No contexto analisado, a suspensão funciona como mensagem simbólica para o campo jornalístico: investigar estruturas de poder no futebol pode gerar consequências profissionais severas. Essa retaliação evidencia a tensão estrutural entre liberdade de imprensa e interesses comerciais no jornalismo esportivo.

A dependência de direitos de transmissão, patrocínios e acessos privilegiados cria um ambiente no qual a crítica institucional é percebida como ameaça à sustentabilidade econômica das empresas de comunicação. Conforme discutido por Oselame (2012), a transformação do jornalismo esportivo em produto de entretenimento contribui para a neutralização do conflito e para a marginalização de práticas investigativas. Quando o jornalismo abdica de sua função crítica para preservar relações comerciais, ele se aproxima de uma lógica promocional, distanciando-se de seu compromisso com o interesse público. A análise da repercussão também evidencia o que Olivieri (2013) denomina ética de mão única. Enquanto jornalistas são cobrados por rigor técnico, precisão e responsabilidade ética, as instituições denunciadas sentem-se autorizadas a silenciar, a não responder questionamentos ou a aguardar o esvaziamento do debate público. Essa assimetria compromete a credibilidade do jornalismo e fragiliza sua função social, pois transfere ao profissional da imprensa todo o ônus da ética, enquanto isenta o poder institucional de prestar contas à sociedade.

Conforme argumenta Christofoletti (2005), ética e credibilidade são indissociáveis, e a recusa institucional em dialogar com a imprensa representa uma afronta ao direito à informação. Outro elemento relevante da repercussão diz respeito à disputa simbólica em torno da narrativa pública do futebol brasileiro. A CBF, ao longo de décadas, tentou construir uma imagem institucional associada à gestão técnica, à modernização e à defesa do esporte nacional. A reportagem da *piauí* e sua repercussão tensionam essa narrativa ao expor práticas patrimonialistas e redes de favores que contradizem o discurso oficial.

Nesse contexto, o silêncio de grandes veículos e a retaliação aos jornalistas da *ESPN* funcionam como mecanismos de restauração da ordem simbólica ameaçada pela investigação. Ao tentar deslegitimar ou punir a prática investigativa, as estruturas de poder buscam reafirmar sua autoridade e preservar a narrativa dominante. No entanto, a própria existência da repercussão e o debate público gerado indicam que essa dominação

simbólica não é absoluta. Como destacou Abreu durante a entrevista concedida para esta pesquisa, o fato de a reportagem ter gerado reações tão intensas demonstra que o jornalismo investigativo continua sendo percebido como ameaça real às estruturas opacas de poder. A análise da repercussão também permite refletir sobre a liberdade de imprensa para além de sua dimensão jurídica. Embora não tenha havido censura estatal direta, o caso evidencia formas sutis e eficazes de restrição à liberdade jornalística, baseadas em pressões econômicas, institucionais e simbólicas.

Essa perspectiva amplia o entendimento tradicional da liberdade de imprensa, aproximando-o das discussões contemporâneas sobre censura indireta e autocensura. Conforme argumenta Karam (2004), a liberdade de informar não pode ser compreendida apenas como ausência de proibição legal, mas como condição concreta de exercício profissional em um ambiente que garanta autonomia editorial. Ao observar a repercussão do caso, torna-se evidente que a liberdade de imprensa no jornalismo esportivo brasileiro é frágil e constantemente tensionada por interesses externos ao campo jornalístico. A suspensão dos jornalistas e o silêncio de outros veículos indicam que a prática investigativa ainda é vista como exceção, e não como regra, nesse segmento.

A síntese analítica deste capítulo permite afirmar que o estudo de caso analisado responde de forma consistente ao problema de pesquisa. A integração entre reportagem e entrevista revelou como o jornalismo investigativo opera na prática, evidenciando decisões éticas, estratégias narrativas e enfrentamentos institucionais. A análise da repercussão, por sua vez, demonstrou que os efeitos da investigação extrapolam o texto publicado, atingindo diretamente os profissionais envolvidos, revelando os limites concretos da liberdade de imprensa no campo esportivo. À luz da fundamentação teórica mobilizada, o caso confirma que o jornalismo investigativo constitui um pilar fundamental da democracia, inclusive e especialmente no esporte. Como apontam Karam (2004), Genro Filho (1987) e Bourdieu (2018), a ética jornalística não é um ideal abstrato, mas uma prática cotidiana que se realiza na disposição de confrontar o poder, de verificar informações com rigor e de priorizar o interesse público em detrimento de conveniências institucionais.

Ao analisarmos os argumentos mobilizados nos materiais de repercussão da *ESPN*, percebe-se uma clara divisão entre o discurso jornalístico dos profissionais envolvidos no debate e a postura institucional de censura da emissora. Os jornalistas, ao discutirem o caso, focaram em argumentos de ética pública e na necessidade de uma reforma estrutural na CBF, utilizando a reportagem da *piauí* como um catalisador para

críticas que já vinham sendo maturadas no campo esportivo. O argumento de que "o futebol é um patrimônio nacional" foi recorrente, servindo para justificar por que uma entidade privada como a CBF deve ser submetida a um rigoroso controle social. Esta linha de argumentação choca-se frontalmente com o discurso da confederação, que tenta se blindar sob o argumento da autonomia privada.

A tensão ética aqui é profunda: de um lado, o dever de informar sobre a malversação de recursos que afetam o esporte; de outro, a tentativa da instituição de manter seus bastidores na sombra. O enquadramento da notícia pela *ESPN*, ao dar voz a essas críticas, permitiu que o público tivesse acesso a uma visão plural e fundamentada, rompendo com a hegemonia do silêncio que caracteriza outros veículos. Contudo, as tensões comerciais que permeiam o jornalismo esportivo televisivo não podem ser ignoradas. A dependência dos direitos de transmissão cria um conflito de interesses inerente: como criticar de forma contundente a instituição que detém o produto que gera a maior parte da receita da emissora? Esta pergunta é o cerne das tensões evidenciadas nesta pesquisa.

Evidências de como esses interesses comerciais influenciaram a cobertura podem ser notadas na forma como a repercussão foi subitamente interrompida ou minimizada após as primeiras punições aos jornalistas. O "conflito com o dever de informar" resolveu-se, em última instância, pela preservação da relação institucional. Este fenômeno corrobora a tese de que o jornalismo esportivo televisivo opera em um campo de autonomia limitada, onde a liberdade de imprensa é exercida nos poucos espaços permitidos pelo capital. Como afirma Christofolletti (2014), a ética da comunicação pública exige que o interesse do cidadão esteja acima do lucro empresarial, mas a realidade do mercado de transmissões esportivas impõe barreiras que muitas vezes tornam esse ideal inalcançável.

A conclusão que se extrai desta análise detalhada é que a reportagem de Allan de Abreu e sua repercussão na *ESPN* funcionaram como um caso exemplar que testou os limites da liberdade de imprensa no Brasil. As tensões reveladas não são apenas episódicas, mas estruturais, refletindo o embate entre um jornalismo que busca a verdade e um sistema de poder que busca a perpetuação de privilégios. A ética jornalística, quando aplicada com rigor e coragem, tem o poder de desestabilizar essas estruturas, mas o custo para os profissionais envolvidos ainda é elevado. A integração entre a teoria (Karam, 2004; Christofolletti, 2014; Genro Filho, 1987) e a prática (o caso *piauí*/CBF/*ESPN*) permitiu compreender que o jornalismo investigativo é a ferramenta mais poderosa para

promover a transparência no esporte, mas que sua eficácia é limitada por um ecossistema midiático que ainda prioriza o lucro em detrimento da verdade.

A ética e a liberdade de imprensa no esporte não são apenas conceitos para serem citados em manuais de redação, mas campos de batalha onde a integridade do futebol brasileiro está sendo decidida. O "jornalismo sério", que ousa enfrentar as extravagâncias do poder, é o único antídoto contra o patrimonialismo e a corrupção que ameaçam a integridade do esporte nacional. Apesar das pressões e das suspensões, o compromisso com o interesse público deve sempre prevalecer sobre o entretenimento e o lucro, pois é na verdade que reside a real força do jornalismo. O caso analisado demonstra que a liberdade de imprensa não é um estado permanente, mas uma conquista diária que exige vigilância, coragem e, acima de tudo, um compromisso inegociável com a verdade factual e a ética profissional.

Quando a TV Globo, detentora exclusiva dos direitos de transmissão da Seleção Brasileira e das principais competições nacionais, opta por ignorar a reportagem da *piauí*, ela não está apenas exercendo um critério de noticiabilidade; ela está enviando um sinal para todo o mercado de que aquele assunto é "tabu". Allan de Abreu, em sua entrevista, classifica esse silêncio como uma forma de cumplicidade estrutural. Para o autor, a Globo e a CBF são sócias em um negócio bilionário, e o jornalismo da emissora acaba sendo refém dessa parceria comercial. Essa tensão entre o "departamento comercial" e o "departamento de jornalismo" é o que Christofolletti (2014) identifica como o maior desafio ético das empresas de comunicação no século XXI. Quando o lucro da transmissão depende da boa relação com o investigado, a liberdade de imprensa é a primeira vítima.

No debate da *ESPN*, a fala do jornalista Arnaldo Ribeiro trouxe um elemento novo para a discussão: a questão da "blindagem jurídica". Arnaldo comentou: "A CBF não responde aos jornalistas, ela responde através de notificações judiciais. Isso é uma tentativa clara de calar a boca de quem está fazendo perguntas difíceis". Essa observação é fundamental para analisarmos as "tensões institucionais" mencionadas na metodologia. O uso do sistema judiciário como ferramenta de intimidação (o chamado *lawfare*) é uma prática crescente contra o jornalismo investigativo. Abreu confirmou durante a entrevista que a *piauí* recebeu diversas interpelações que visavam não a correção de fatos, mas a interrupção da apuração. Essa estratégia visa exaurir os recursos do veículo e o ânimo do repórter. A resistência da *ESPN* em manter o debate no ar, mesmo que por pouco tempo, foi um ato de coragem editorial que desafiou essa lógica de intimidação.

Ainda sobre o debate, a intervenção de Pedro Ivo Almeida sobre a "ética da transparência" merece um detalhamento maior. O jornalista argumentou que "a CBF se comporta como uma seita secreta, onde o dinheiro entra e ninguém sabe como sai". Esse uso da metáfora da "seita" reforça a ideia de opacidade estrutural. O jornalista mobiliza um argumento de moralidade pública para confrontar a natureza privada da entidade. Ele sugere que, se a CBF quer gerir o futebol brasileiro, ela deve aceitar o escrutínio público como contrapartida. Essa linha de raciocínio está alinhada com o pensamento de Karam (2004) sobre a responsabilidade social do jornalismo. O jornalista não pede permissão para investigar, ele exerce um direito da sociedade de saber como seus símbolos e recursos estão sendo geridos. A suspensão que se seguiu a essas falas demonstra que, no campo esportivo, esse direito ainda é visto como uma ousadia intolerável.

A análise dos "argumentos mobilizados" também revela uma tentativa dos jornalistas de educar o público sobre a importância do jornalismo investigativo. Gian Oddi, ao explicar a diferença entre uma "fofoca de vestiário" e a "reportagem da *piau!*", valorizou o método científico da apuração de Abreu. Ele destacou que "não é o que o Allan acha, é o que o documento prova". Essa valorização do método é uma forma de defesa da profissão diante da onda de desinformação e ataques à imprensa. Ao validar o trabalho de um colega de outro veículo, os jornalistas da *ESPN* reforçaram a ideia de que o jornalismo é um campo com regras próprias de verificação e ética, que devem ser respeitadas independentemente da emissora. Essa solidariedade profissional é o que permite que a liberdade de imprensa sobreviva mesmo sob ataques institucionais coordenados.

Após as suspensões, notou-se uma mudança clara no tom das discussões na *ESPN*. O assunto "extravagâncias da CBF" desapareceu da pauta diária, sendo substituído por análises táticas e discussões sobre transferências de jogadores. Essa "normalização" do campo após o conflito é o que Bourdieu (2018) chama de restauração da ordem. A instituição (CBF) e a empresa (*ESPN*) chegaram a um acordo tácito onde a crítica foi silenciada em nome da estabilidade comercial. O prejuízo, contudo, é do interesse público e do direito à informação. A análise do caso deixa claro que, sem uma proteção institucional robusta e uma independência financeira real, o jornalismo esportivo continuará sendo um "jornalismo de concessão", onde a verdade só é dita quando não incomoda os donos da bola.

Aprofundando a análise das "tensões éticas e comerciais" no caso *ESPN*, é fundamental discutir o papel das redes sociais como uma "esfera pública alternativa" que

impediu o silenciamento total do caso. Enquanto a emissora tentava "resfriar" o assunto através das suspensões, o público nas redes sociais (*X*, *Instagram*, *YouTube*) manteve a pauta viva, cobrando explicações e manifestando solidariedade aos jornalistas punidos. Essa pressão externa criou uma nova tensão para a *ESPN*: o custo de imagem de parecer conivente com a CBF começou a superar o benefício comercial de manter a harmonia com a entidade. Esse fenômeno demonstra que, na era da conectividade, o controle da narrativa não pertence mais exclusivamente aos grandes conglomerados de mídia. O jornalismo investigativo da *piauí*, ao ser "viralizado" e debatido pelo público, ganhou uma sobrevida que as estruturas tradicionais de poder não conseguiram conter. Allan de Abreu, em sua entrevista, destaca que o apoio da opinião pública foi fundamental para que a reportagem não fosse enterrada pelo silêncio da mídia hegemônica.

Em certo momento do debate, Oddi afirmou: "Nós não estamos aqui para ser amigos de dirigente, estamos aqui para contar a história do futebol brasileiro como ela é, e não como eles querem que ela pareça". Essa declaração é um manifesto pela autonomia do campo jornalístico. Ela sugere que o compromisso do jornalista é com a sociedade e com a verdade factual, e não com as conveniências do presente. Ao confrontar a CBF, os jornalistas da *ESPN* estavam exercendo o que Genro Filho (1987) chama de "função de conhecimento": o jornalismo como uma forma de apreender a realidade em sua singularidade e transformá-la em consciência social. A suspensão desses profissionais foi, portanto, um ataque não apenas a indivíduos, mas à própria capacidade do jornalismo de produzir conhecimento crítico sobre a sociedade brasileira.

A análise também revela como a *ESPN* tentou, em um segundo momento, "desidratar" a denúncia. Após o retorno dos jornalistas suspensos, notou-se que as menções à reportagem da *piauí* tornaram-se mais raras e cautelosas. O foco mudou para a "crise de gestão" de forma genérica, evitando citar os nomes e os documentos específicos trazidos por Abreu. Esse "enquadramento diluído" é uma técnica de sobrevivência institucional das empresas de mídia. Elas atendem à demanda do público por informação, mas o fazem de uma forma que não rompa definitivamente os laços com os parceiros comerciais. Essa "ética do equilíbrio precário" é o que mantém o jornalismo esportivo televisivo em uma zona cinzenta, onde a crítica é permitida desde que não contrarie os interesses da empresa. Esse comportamento é uma evidência clara de como os interesses comerciais moldam a liberdade de imprensa, transformando-a em uma concessão vigiada.

Outro ponto crucial é a análise do "silêncio das fontes oficiais" da CBF durante todo o processo de repercussão. A entidade optou por não enviar representantes para debater na TV, preferindo o uso de notas oficiais redigidas por advogados. Esse comportamento reforça a tese da "opacidade estrutural" e da "ética de mão única" discutida por Olivieri (2013). Ao se recusar ao debate direto, a CBF nega a legitimidade do jornalismo como instância de interlocução social. Ela trata a imprensa não como um pilar da democracia, mas como um adversário a ser ignorado ou combatido juridicamente. Essa postura institucional é um dos maiores obstáculos para a transparência no esporte brasileiro e demonstra que a cultura do segredo ainda está profundamente enraizada entre os dirigentes do futebol nacional. O jornalismo investigativo, ao insistir na pergunta mesmo diante do silêncio, cumpre sua função de não deixar que a ausência de resposta seja interpretada como ausência de culpa.

Por fim, a síntese desta análise massiva permite concluir que o caso *piauí/CBF/ESPN* é um divisor de águas para compreendermos as entranhas do poder no futebol brasileiro. As tensões reveladas mostram que a liberdade de imprensa é um valor em disputa permanente, ameaçado tanto pela censura direta quanto pelas pressões econômicas sutis. A ética jornalística, conforme demonstrada por Allan de Abreu e pelos jornalistas da *ESPN* que ousaram romper o silêncio, é a única ferramenta capaz de garantir que o futebol continue sendo um patrimônio do povo e não um balcão de negócios privados.

A lição que fica para as futuras gerações de jornalistas é que o rigor técnico, a coragem moral e a independência editorial são os únicos caminhos para um jornalismo que mereça esse nome. Como afirma Christofolletti (2005), a credibilidade é o único capital que o jornalista realmente possui, e ela só é conquistada quando o compromisso com a verdade está acima de qualquer interesse institucional ou comercial.

A suspensão dos jornalistas não foi uma decisão baseada em critérios técnicos ou éticos da profissão, mas uma resposta a pressões externas que visavam proteger interesses comerciais. Allan de Abreu, em sua entrevista, aponta que essa subordinação do jornalismo ao marketing é o que impede a consolidação de uma cultura investigativa no esporte. Para o autor, enquanto o "comentarista" for visto como um "promotor do espetáculo", a liberdade de imprensa será sempre uma ilusão. A análise dos argumentos mobilizados revela uma interessante disputa de narrativas sobre o que constitui a "ética do comentário". Enquanto a emissora, através de suas notas oficiais, pregava uma ética da "isenção e polidez", os jornalistas praticavam uma ética da "indignação

fundamentada". Paulo Vinícius Coelho, ao elevar o tom contra a gestão de Ednaldo Rodrigues, não o fazia por falta de educação, mas por excesso de responsabilidade ética diante dos fatos revelados pela *piauí*. Essa tensão demonstra que a "polidez" institucional muitas vezes serve como uma máscara para o silenciamento da crítica. O jornalismo investigativo, por natureza, é "ímpolido", pois ele mexe em feridas que o poder quer manter cobertas. A tentativa da *ESPN* de enquadrar o debate nos limites da "etiqueta corporativa" é uma forma sutil de censura que visa desidratar a força política da denúncia. Como afirma Karam (2004), a ética jornalística não deve ser confundida com a etiqueta social; ela é uma ética do compromisso com a verdade, doa a quem doer.

A análise da repercussão institucional também deve considerar o papel das entidades de classe, como a FENAJ e a Associação dos Cronistas Esportivos Estado de São Paulo (ACEESP), que se manifestaram contra as suspensões. Essas manifestações são importantes pois retiram o conflito do âmbito individual e o colocam no âmbito coletivo da profissão. Elas reafirmam que o ataque a um jornalista por exercer sua função crítica é um ataque a toda a categoria. Abreu destaca na entrevista que a solidariedade entre os pares foi o que impediu que os jornalistas da *ESPN* fossem isolados e "cancelados" profissionalmente. Essa rede de proteção profissional é essencial para que a liberdade de imprensa não seja apenas um conceito abstrato, mas uma prática protegida por uma comunidade de valores. O caso demonstra que, mesmo em um ambiente de alta competitividade comercial, existe um núcleo duro de princípios éticos que une os jornalistas em torno da defesa do direito de informar.

Por fim, é necessário refletir sobre o "legado da repercussão" para o jornalismo esportivo brasileiro. Embora o assunto tenha sido retirado da pauta principal, a semente da dúvida foi plantada na audiência. O público que assistiu ao debate na *ESPN* e acompanhou a polêmica das suspensões passou a olhar para a cobertura esportiva com um filtro mais crítico. Esse letramento midiático da audiência é um efeito colateral positivo do conflito. O telespectador percebeu que existe uma "cozinha" do jornalismo onde interesses comerciais e éticos estão em constante embate. Essa percepção é fundamental para que a sociedade possa exigir um jornalismo de melhor qualidade. O caso *piauí*/CBF/*ESPN* prova que, mesmo quando o poder consegue silenciar uma voz momentaneamente, ele não consegue apagar o rastro de verdade que essa voz deixou. A liberdade de imprensa é uma conquista histórica que se realiza no conflito, e cada ato de resistência, como o dos jornalistas analisados, fortalece a democracia e o direito do cidadão de conhecer as entranhas do poder que governa suas paixões.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar as tensões entre ética, jornalismo investigativo e liberdade de imprensa no campo do jornalismo esportivo brasileiro, tomando como estudo de caso a reportagem *As extravagâncias sem fim da CBF*, de Allan de Abreu, publicada na revista *piauí*, bem como sua repercussão institucional no âmbito da ESPN Brasil. A partir desse recorte empírico, buscou-se compreender de que modo a prática investigativa no esporte se insere em um campo marcado por fortes pressões econômicas, interesses comerciais e disputas simbólicas, especialmente quando confronta estruturas de poder consolidadas, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Ao longo da pesquisa, partiu-se da hipótese de que o jornalismo investigativo no âmbito da cobertura esportiva, embora socialmente necessário e eticamente legitimado, encontra limites estruturais significativos em um ecossistema midiático profundamente dependente de direitos de transmissão, parcerias comerciais e relações institucionais assimétricas. Nesse sentido, o caso analisado revelou-se particularmente elucidativo, pois evidenciou não apenas a potência do jornalismo investigativo enquanto prática de fiscalização, mas também as fragilidades do modelo empresarial que sustenta grande parte do jornalismo esportivo contemporâneo no Brasil.

A análise demonstrou que a reportagem de Allan de Abreu se insere em uma tradição de jornalismo investigativo comprometido com o interesse público, caracterizada pelo rigor metodológico, diversidade de fontes, uso consistente de documentos e recusa ao jornalismo meramente declaratório. Ao expor práticas patrimonialistas, gastos excessivos e formas opacas de gestão no interior da CBF, a reportagem cumpre a função social do jornalismo enquanto instância de produção de conhecimento crítico, capaz de desnaturalizar relações de poder historicamente legitimadas. Nesse processo, o jornalismo deixa de ser mero mediador de discursos oficiais e assume o papel de agente ativo na construção do debate público.

Entretanto, o desdobramento do caso, materializado na suspensão dos jornalistas da ESPN que comentaram a reportagem, revelou de forma contundente as tensões entre liberdade de imprensa, autonomia editorial e interesses econômicos. A reação institucional evidenciou aquilo que a literatura identifica como “efeito resfriamento”, no qual práticas de punição simbólica produzem um ambiente de autocensura, medo e retração crítica nas redações. Esse efeito não se manifesta apenas por meio da censura

direta, mas pela internalização de limites invisíveis à crítica, sobretudo quando esta ameaça relações comerciais estratégicas.

O episódio analisado demonstra como a dependência de direitos de transmissão e parcerias com entidades esportivas poderosas fragiliza a autonomia editorial, tornando a crítica institucional um risco profissional concreto. Nesse sentido, o estudo permite concluir que, no jornalismo esportivo brasileiro, a liberdade de imprensa não se apresenta como um dado garantido, mas como um espaço permanentemente tensionado por interesses econômicos, jurídicos e institucionais. O caso da *ESPN* ilustra de forma clara como a lógica do mercado pode se sobrepor ao compromisso ético da informação, deslocando o jornalismo de sua função crítica para uma posição de conveniência editorial. Ainda assim, o trabalho evidencia que a prática investigativa permanece como um espaço de resistência, capaz de elevar o nível do debate público e reafirmar o papel social do jornalismo.

Outro aspecto central evidenciado pela pesquisa diz respeito à oposição estrutural entre jornalismo investigativo e entretenimento. Embora o entretenimento seja um elemento constitutivo do jornalismo esportivo, a análise demonstrou que a primazia da lógica do espetáculo, do engajamento imediato e da performance midiática tende a esvaziar a função crítica da imprensa. A reportagem analisada demonstra que o jornalismo investigativo, ao priorizar a apuração aprofundada e a contextualização, opera em contracorrente às dinâmicas dominantes do campo esportivo-midiático, tensionando inclusive os próprios limites do modelo de mídia que sustenta a cobertura esportiva no país.

Do ponto de vista cultural e simbólico, o estudo reafirma o futebol como patrimônio social e identitário do Brasil, cuja gestão não pode ser naturalizada nem blindada ao escrutínio público. Ao contrário do discurso que trata o esporte apenas como entretenimento, a pesquisa evidencia que o futebol envolve recursos públicos, interesses privados, relações políticas e impactos sociais profundos. Nesse cenário, o jornalismo investigativo se apresenta como um dos poucos mecanismos capazes de promover transparência, responsabilização e debate público qualificado no campo esportivo.

Além disso, esta pesquisa dialoga com discussões mais amplas sobre liberdade de imprensa e democracia no Brasil contemporâneo. Ao analisar um caso concreto envolvendo uma das instituições mais poderosas do futebol nacional e um dos principais grupos de mídia esportiva do país, o trabalho demonstra como as disputas em torno da

informação ultrapassam o campo esportivo e se conectam a estruturas mais profundas de poder, controle simbólico e interesses econômicos.

Dessa forma, o jornalismo esportivo deixa de ser compreendido como uma editoria periférica ou meramente lúdica e passa a ser reconhecido como um espaço estratégico de produção de sentidos e de mediação da vida pública.

A pesquisa também evidencia que o jornalismo investigativo depende de condições materiais, institucionais e éticas específicas para se consolidar. O caso analisado demonstra que a autonomia editorial não é resultado apenas da postura individual do jornalista, mas da existência de estruturas organizacionais que assegurem proteção profissional, respaldo jurídico e independência em relação a interesses comerciais. Quando essas condições não estão garantidas, a investigação tende a se tornar exceção, o que limita a capacidade da imprensa de cumprir sua função fiscalizadora e compromete a qualidade do debate público.

Outro ponto relevante refere-se à atualização dos debates sobre ética jornalística diante das transformações do ecossistema midiático. A lógica da convergência, da instantaneidade e do engajamento permanente intensifica pressões sobre os profissionais, tornando mais frequentes dilemas relacionados à autocensura, superficialidade e subordinação do conteúdo informativo à lógica do mercado. Nesse contexto, a ética jornalística não pode ser compreendida apenas como um conjunto normativo abstrato, mas como prática cotidiana de reflexão crítica, responsabilidade pública e resistência às dinâmicas que fragilizam o interesse coletivo.

No que se refere às limitações da pesquisa, é necessário reconhecer alguns condicionantes metodológicos e empíricos. O recorte adotado concentrou-se em um único estudo de caso, o que restringe a generalização dos achados para outros contextos do jornalismo esportivo brasileiro. Além disso, a abordagem qualitativa e interpretativa implica um grau inevitável de subjetividade analítica, uma vez que a leitura dos fatos é mediada pelo referencial teórico selecionado. A impossibilidade de realização de entrevistas aprofundadas com os jornalistas da *ESPN* diretamente envolvidos limitou o acesso a percepções internas sobre as dinâmicas editoriais e as pressões institucionais enfrentadas. Da mesma forma, a ausência de uma análise sistemática de recepção junto ao público impediu avaliar de forma mais ampla os efeitos sociais do episódio, restringindo a análise do “efeito resfriamento” ao campo profissional e institucional.

Essas limitações, contudo, não comprometem os resultados da pesquisa, mas apontam caminhos relevantes para investigações futuras. Estudos posteriores podem ampliar o corpus empírico, analisar outros casos de jornalismo investigativo no esporte, realizar entrevistas com profissionais da área e investigar a percepção da audiência sobre episódios de censura, punição simbólica ou restrição editorial. Pesquisas comparativas entre diferentes modelos de mídia, bem como análises em contextos internacionais, também podem contribuir para compreender se as tensões observadas são estruturais ao campo esportivo global ou decorrentes de especificidades do contexto brasileiro.

Este trabalho reafirma que o jornalismo investigativo no esporte é uma necessidade democrática. As tensões analisadas revelam a vitalidade da imprensa enquanto instância crítica da sociedade. Enquanto houver jornalistas dispostos a enfrentar a opacidade, o patrimonialismo e o silêncio das instituições em nome do interesse público, haverá espaço para um jornalismo esportivo eticamente comprometido e socialmente relevante. A liberdade de imprensa, nesse contexto, não é apenas um princípio abstrato, mas a condição fundamental para que o futebol e a sociedade que o produz possam ser pensados, criticados e transformados com responsabilidade, transparência e dignidade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leonel Azevedo. **O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias**. Alceu, v. 7, p. 73-84, 2006. Disponível em: https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_Aguiar.pdf
- ALVES, Rosental C. Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, n. 9, p. 93-102, 2006. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1217/1199>
- ANDRADE, Luís Eduardo Meira. Jornalismo esportivo e a convergência midiática¹. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2018
<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0104-1.pdf>
- ALVES DA SILVA, Maria H.; MEDEIROS, Camila. O factual e o entretenimento na constituição visual do gênero telejornal. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 22, n. 44, p. 3–21, jul./dez. 2023.
- ARBEX, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/615971134/ARBEX-JR-Jose-Showrnlismo-A-Noticia-Como-Espetaculo>
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/josec/Downloads/eder,+26+291-1018-3-RV-Resenha+Analise+conteudo+383-387.pdf>
- BASTOS, Alexandre Soares. **Os megaeventos esportivos na revista Piauí. 2016**. Tese de Doutorado. [sn]. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/968203>
- BETING, Erich. **Levando na esportiva**. Universidade do Futebol, 2011. Disponível em: <https://universidadedofutebol.com.br/2011/04/18/levando-na-esportiva/>. Acesso em: 2 mar. 2026.
- BORGES, Emanuelle Dantas; CUNHA, Sonia Regina Soares da; BUCCI, Eugênio. Notícias patrocinadas: a ética no jornalismo impresso sob o olhar de Eugênio Bucci. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 115-137, 2014.
- BORGES, Rogério; CUNHA, Rodrigo; BUCCI, Eugênio. Notícias patrocinadas: a ética no jornalismo impresso sob o olhar de Eugênio Bucci. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1480-1.pdf>
- CAETANO, Marcos. Craque não precisa jogar. **Piauí**, São Paulo, n. 43, abr. 2010. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/craque-nao-precisa-jogar/>
- CARAUTA, Alexandre A. Freire. A segunda tela entra em campo: como as novas práticas interativas mudam o consumo do futebol. **Revista ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, p. 142-155, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/146>

CARDOSO, Luiz Eduardo Machado. **Caso Sidão**: jornalismo, entretenimento e limites éticos. [S. l.: s. n.], 2019.

Disponível em:

https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/26363/1/2019_2_LUIZ_EDUARDO_MACHADO_CARDOSO_TCC.pdf

CARLOS HENRIQUE PADEIRO. O predomínio do entretenimento no jornalismo esportivo para promoção de grandes eventos: o Globo Esporte/SP e o Caderno de Esportes. **Leituras do Jornalismo**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 166–180, jul./dez. 2015.

Disponível: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112015-092450/publico/CARLOSHENRIQUEDESOUZAPADEIRO.pdf>

CASSARO, Luis Fernando. Sardinha forever. **Piauí**, São Paulo, n. 51, dez. 2010.

Disponível: <https://piaui.uol.com.br/materia/sardinha-forever/>

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Criminalização de vítimas na imprensa: considerações sobre a ética jornalística. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O caso do Brasil: valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. **Cuadernos de Información**, Santiago, v. 29, p. 25-34, 2011.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Preocupações éticas no jornalismo feito por não-jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 267-278, 2014. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/09/preocupacoes-eticas-no-jornalismo-feito-por-nao-jornalistas.pdf>

COELHO, Paulo V. **Jornalismo esportivo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442138/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

COSTA E SILVA, Elsa. A (não) regulação da blogosfera: a ética da discussão online. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 236-252, 2014. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/881>

CROWE, Malcolm. A solidão do juiz. **Piauí**, São Paulo, n. 50, nov. 2010. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/a-solidao-do-juiz/>

DEJAVITE, Fábila Angélica. **INFOTenimento**: informação + entretenimento no jornalismo. São Paulo: Paulinas, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/795001648/INFOTENIMENTO-Informacao-Entretenimento-no-Jornalismo>

DEUZE, Mark. Understanding journalism as newswork: how it changes, how it stays the same. **Journalism Studies**, v. 2, n. 1, p. 1–19, 2001. Disponível em: <https://www.westminsterpapers.org/article/id/102/>

DIP, Andrea. (citada por NORONHA; ROCHA). In: NORONHA, Mariana; ROCHA, Paula. **Jornalismo Investigativo**. 2018.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/934063905/Me-todos-e->

[Técnicas-de-Pesquisa-Em-Comunicacao-o-Jorge-Duarte-Antonio-Barros-z-lib-org-1-compressed-compressed](#)

MENZES. Jornalismo esportivo, infotainment e a lógica do entretenimento.

Corpoconsciência, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 93-106, jul./dez. 2017.

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/239464/6.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Brasília: FENAJ, 2007.

Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

FIDALGO, Joaquim; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética na comunicação: nota introdutória. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, n. 25, p. 7-10, 2014. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/47914220/1852-6572-1-PB-libre.pdf?1470751572=&response-content-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/47914220/1852-6572-1-PB-libre.pdf?1470751572=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEtica_Na_Comunicacao_Nota_Introdutoria.pdf&Expires=1772643379&Signature=GjZwD2VXhymhSmdyd0De-BDqO8uvFvOkeWRj-0Qq4VymkMyVDRLQQCnNIL2hwXdImBqg0gdRdgCFpN4crZf3uGzhlizkFIVP7Iq7Qy9mAGkPpz2Ltw4i3CUVSJGEZIJPYnTJoRuT9eS38UlfFTNkpqvEuoEm93g1iyaxiOlCj44Ks4-N4He~ZsTUa1eimaWl9BZZtAnfGBHL4Ajb~n5hR3LyGzShvRFdrqcCROqmEXCi-jTecO1xom8frNIQXVb-9RvLxCKU0CogJ4sfcOMkMoaTxEMYrMZvBodjhzdtQNL5H0lcCv9fWMG1tlfRcoVSMJjViWKGE2YTK7xMNng_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)

[disposition=inline%3B+filename%3DEtica_Na_Comunicacao_Nota_Introdutoria.pdf&Expires=1772643379&Signature=GjZwD2VXhymhSmdyd0De-BDqO8uvFvOkeWRj-0Qq4VymkMyVDRLQQCnNIL2hwXdImBqg0gdRdgCFpN4crZf3uGzhlizkFIVP7Iq7Qy9mAGkPpz2Ltw4i3CUVSJGEZIJPYnTJoRuT9eS38UlfFTNkpqvEuoEm93g1iyaxiOlCj44Ks4-N4He~ZsTUa1eimaWl9BZZtAnfGBHL4Ajb~n5hR3LyGzShvRFdrqcCROqmEXCi-jTecO1xom8frNIQXVb-9RvLxCKU0CogJ4sfcOMkMoaTxEMYrMZvBodjhzdtQNL5H0lcCv9fWMG1tlfRcoVSMJjViWKGE2YTK7xMNng_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/47914220/1852-6572-1-PB-libre.pdf?1470751572=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEtica_Na_Comunicacao_Nota_Introdutoria.pdf&Expires=1772643379&Signature=GjZwD2VXhymhSmdyd0De-BDqO8uvFvOkeWRj-0Qq4VymkMyVDRLQQCnNIL2hwXdImBqg0gdRdgCFpN4crZf3uGzhlizkFIVP7Iq7Qy9mAGkPpz2Ltw4i3CUVSJGEZIJPYnTJoRuT9eS38UlfFTNkpqvEuoEm93g1iyaxiOlCj44Ks4-N4He~ZsTUa1eimaWl9BZZtAnfGBHL4Ajb~n5hR3LyGzShvRFdrqcCROqmEXCi-jTecO1xom8frNIQXVb-9RvLxCKU0CogJ4sfcOMkMoaTxEMYrMZvBodjhzdtQNL5H0lcCv9fWMG1tlfRcoVSMJjViWKGE2YTK7xMNng_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)

FONSECA, Cassio Moreira. **Os limites entre jornalismo e entretenimento nas coberturas esportivas**: uma análise sobre a transmissão da final do futebol feminino nas Olimpíadas de Paris 2024, pela CazéTV. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) 2025. Disponível em:

https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/27642/1/2025_1_CASSIO_MOREIRA_FONSECA_TCC.pdf

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Publisher, 2005. Disponível em: <https://doceru.com/doc/c81ee1x>

FUJITA, Paulo. Campeões mundiais, uni-vos! **Piauí**, São Paulo, n. 43, abr. 2010.

Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/campeoes-mundiais-uni-vos/>

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987. https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=K1WqEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=GENRO+FILHO,+Adelmo.+O+segredo+da+pir%C3%A2mide:+para+uma+teoria+marxista+do+jornalismo.+Porto+Alegre:+Tch%C3%AA!,+1987.&ots=nHOs2YTk7a&sig=she6vgUpQMzllmPcjVNSkf-5Nho&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31031805/9482_lista_de_revisao_1%C2%BA_bi_mestre_com_respostas_direito-libre.pdf?1392222127=&response-content-

[disposition=inline%3B+filename%3DComo_elaborar_projetos_de_pesquisa.pdf&Expires=1772662081&Signature=HVbeiEWSwRTrRQh~p8280wQ3hPRR48xu~QBOe3eb8~8mUP43oaxBABZBclBFMpPsdCl~wr-zeEYZ5638FhvhQThHxSYpqpwrFegFsh4vXga-8yVYAWAwFe6SfZXvu9N8Mh4HJZxI2Dw7P7mPaEkSWhXfep~SgGlmW60YAF1l-fxhh1rLaHETJQsIrcmahTSIRnUcrk7Y~oPZkpWVxqo-pgQVaknBsaU1CabYzj-7Aym00i7~fZQasbS1Ll2YDZYXJw4ZB6qs8Wfrg-MqrjRAuilm81PeLZi8RSYBTblw-WhGOIAuTCSN9F53vMqoCFnJD6F5aRgt~yPqsyecBLAyw_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](#)

GUEDES, Rebeca Nunes. **A investigação jornalística na era da velocidade**. 2020. Monografia (Graduação em Jornalismo) 2020.

GURGEL, Anderson. Desafios do jornalismo na era dos megaeventos esportivos. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXI, n. 32/33, p. 193-210, dez. 2009. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/668b/bf60df4b337a4a6c2a060d64e2b70dfa84e9.pdf>

HAZAPARU, Marius-Adrian. Agendamento em publicidade: compreender os dilemas éticos de um ponto de vista comunicativo. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 311-328, 2014. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52097734/Agendamento_em_publicidade_CS-libre.pdf?1489126349=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAgendamento_em_publicidade_compreender_o.pd&Expires=1772662489&Signature=bZmcJFIxFixygl4VdMQxtUWQhs5qpFgUnniK3PJWbuKKzarOI9sRHYR7IONn3C~tZMH7gdwBDM16SmxKEFdOsv7vQpXxuXI6X3uxoe6DqoUuNWB6dOYTHJ-r5MKqgcmiXoYahyhawkyRFQTq3KRKm7t9EQj1VvJ3w-hOi4a-uHMhce1uHHRaKOWM~BDUPeGT-Si680jAvsoNm3fOm9D5Hxsp7j7tM8nB8-2vb2vxd6H3xQCfVIPQBZsMBI7tan2JmHCdo07fumKT3ELi~Y1FEH5tTQrcox~j89c0DEiQDx1cIThDcE1QKv7F9Hm9Q~QmcqmB9cgQxkQeJVKrU3nvQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

HELAL, Ronaldo; KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O padrão Globo de jornalismo esportivo**: debates e revisões. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/article/view/9026>

INSTITUTO ARTIGO 220. **Quem somos**. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://institutoartigo220.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Por que estudar ética jornalística**. 2019. Disponível em: <https://christofoletti.com/wp-content/uploads/2009/09/por-que-estudar-etica.pdf>

KFOURI, Juca. **Textos sobre crítica do jornalismo esportivo e espetacularização**. São Paulo: Folha de S. Paulo / UOL, [s.d.].

KINZEL, Karine. **Jornalismo investigativo e responsabilidade social**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – [s. n.], [s. l.], 2022.

KÖNIG, A. In: NORONHA, Mariana; ROCHA, Paula. **Jornalismo Investigativo**. [S. l.: s. n.], 2018.

LIMA, Valéria Pereira dos Santos de. **Sensacionalismo na internet: o limite ético da representação social da tragédia no blog “O Câmera”**. 2014. 92 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2014. Disponível em:
https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anaais/arquivos/0143_0922_01.pdf

LIMONDRE, Leticia; BRAZ, Vânia; SORIANO, Filipe. Infotainment (informação e entretenimento) no jornalismo. In: **ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO** – UNIVAP, 15., 11., 2011, São José dos Campos. **Anais [...]**. São José dos Campos: UNIVAP, 2011. p. 1-5. Disponível em:
https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anaais/arquivos/0143_0922_01.pdf

LOPES, D.; PROENÇA, J. In: NORONHA, Mariana; ROCHA, Paula. **Jornalismo Investigativo**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em:
<https://repositorio.usp.br/item/001339036>

LORENZI, Bruno. **O infotainment no jornalismo esportivo**. 2023. Monografia (Graduação em Comunicação/Jornalismo) – [s. n.], [s. l.], 2023. Disponível em:
<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/32222>

MAGAGNIN, Anna Catarina Lucca da Cunha. **O jornalismo esportivo para além do resultado: narrativas, poder e investigação**. 2009. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://esportefabico.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/11/monografia-anna-catarina-lucca-da-cunha-magagnin.pdf>

MALULY, Luciano Victor Barros. Jornalismo esportivo: desafios e propostas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]**. [S. l.]: [s. n.], 2010. Disponível em:
<https://cev.org.br/media/biblioteca/4036477.pdf>

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Ética e teorias da comunicação: poder, interações e cultura participativa. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 138-153, 2014. Disponível em:
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/107320862/249327438-libre.pdf?1699839012=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEtica_e_Teorias_Da_Comunicacao_Poder_Int.pdf&Expires=1772664480&Signature=P2-x3sZvRCaQVOFjkbC7t23V-iiGSK2Db6pHrPiK1e9D5LWOjVfFX426gMmAHzFQliuR3ga1qLKEgJJJaVbuzTCXrf~cd~Z2Vy9ielsnl2I73Vhzz7qmsBBmhRjxa824dispPXNCC9g~E5NLQXnsNV4KR-MZ9-KqFilsaih-bGOX~OA1nnd-9r-n0t6CrJqzHrudPxQVW5qHXwqMU0RogVNTvlp39v--2hK3~t4xd478ajz70jsRUhmaTZOo99Y8~ljfgqMRoNRnaGodtBPCYiYZcjPz6dUjMeCeDGgAxYZcuhPtRjQirIZNoIWZjhl3TVoCSfw7migREid17wYQww_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MELO, Seane. **Jornalismo investigativo**: definição, práticas e desafios. [S. l.: s. n.], 2015. Trabalho acadêmico. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-19092016-155529/publico/SEANEALVESMELO.pdf>

MENDES FILHO, José Carlos Andrade. **Cuidado e responsabilidade**: uma reflexão ética e política em Leonardo Boff. 2025. 44 f. Monografia (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/9888>

MÍDIA NINJA. **Falta de responsabilidade do jornalismo brasileiro na cobertura olímpica de Paris**. 2024. Disponível em: <https://midianinja.org/falta-responsabilidade-do-jornalismo-brasileiro-na-cobertura-olimpica-de-paris/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/sus-11858>

MOTA, Vinícius Carlos Sampaio. **O jornalismo esportivo-literário na revista Piauí**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26212>

MOURA, Maria Clara Guimarães da Costa. **Informação, entretenimento e o mundo digital**: o jornalismo de infotenimento no site gshow. 2024. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/263175>

NORONHA, Mariana Galvão; ROCHA, Paula Melani. **Jornalismo Investigativo**. [S. l.: s. n.], 2018.

O “PADRÃO GLOBO DE JORNALISMO ESPORTIVO” dez anos depois: problematizando um consenso. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/29581>

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Os dilemas éticos da cobertura esportiva**. Por Anderson Olivieri. 2013. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed746-os-dilemas-eticos-da-cobertura/>. Acesso em: 2 mar. 2026.

OLIVEIRA, Breno Barreto de. **Os perfis da Revista Piauí**: aspectos da herança do Novo Jornalismo. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/3809>

OLIVEIRA, Yan Lucas Silva. **Transmissões esportivas no Brasil**: CazéTV como concorrente das plataformas de streaming. 2025. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/8455>

OSELAME, Mariana Corsetti. **Fim da notícia**: o “engraçadismo” no campo do jornalismo esportivo de televisão. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível

em: <https://repositorio.puers.br/dspace/bitstream/10923/2057/1/000446793-Texto%2BCompleto-0.pdf>

PINHEIRO, Daniela. A Copa do Cabo ao Rio. **Piauí**, São Paulo, n. 44, maio 2010. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/a-copa-do-cabo-ao-rio/>

PINHEIRO, Daniela. O presidente. **Piauí**, São Paulo, n. 58, jul. 2011. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/o-presidente/>
RAMOS, Nuno. Depois do 7 x 1. **Piauí**, São Paulo, n. 95, ago. 2014. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/depois-do-7-x-1/>

ROLLEMBERG, Marcello C. As origens e as peculiaridades da revista brasileira piauí. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 13–24, maio/ago. 2014. Disponível em: https://historiapolitica.com/datos/boletin/Polhis13_ROLLEMBERG.pdf

SANTOS, Associação Nacional de Jornais (ANJ). **Revista piauí passa a ser gerida da mesma forma que o jornal The Guardian**. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.anj.org.br/revista-piaui-passa-a-ser-gerida-da-mesma-forma-que-o-jornal-the-guardian/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SANTOS, Silvan M.; MEZZARROBA, Cristiano; SOUZA, Doralice L. Jornalismo esportivo e infotenimento: a (possível) sobreposição do entretenimento à informação no conteúdo jornalístico do esporte. **Corpoconsciência**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 93–106, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11534>

SATUF, Ivan. As telas ubíquas e a midiaticização do torcedor de futebol. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 328–343, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ivan-Satuf/publication/287594834_As_telas_ubiquas_e_a_midiaticizacao_do_torcedor_de_futebol/links/58af1069a6fdcc6f03f34a3a/As-telas-ubiquas-e-a-midiaticizacao-do-torcedor-de-futebol.pdf

SCHERER, Pedro Henrique Solheid. **Webjornalismo, futebol e ética: análise do caso Atletiba**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/365>

SERRA, J. Paulo. Para além da propaganda e da internet: a ética do jornalismo. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 290-301, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joaquim-Serra/publication/305858060_Para_alem_da_propaganda_e_da_Internet_a_etica_do_jornalismo/links/57cd9ed608ac057987aab317/Para-alem-da-propaganda-e-da-Internet-a-etica-do-jornalismo.pdf

SILVA, Davi Guimarães. O papel do jornalismo esportivo investigativo no caso de corrupção do Cruzeiro Esporte Clube em 2019. 2025. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/8047>

SILVA NETO, Hécio Herbert Moreira da. Liberdade interpretativa e jornalismo esportivo no Brasil: um universo para pesquisa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO, 7., 2018, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2018. p. 532-541.

Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63589036/Helcio_Herbert_Moreira_da_Silva_Neto_-_Liberdade_Interpretativa20200610-73335-bbof4w-libre.pdf?1591813502=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLiberdade_interpretativa_e_jornalismo_es.pdf&Expires=1772673484&Signature=B~SKXpLfDQHutkQgiXTyXWYf~NSIUwsycmv1YpWQOppLCccgFXvj3MBRpdMvey6WvtL~W35WFQScVLe6-PFF8gZkJJ3V1Yf-UUdWHFpp2z~zUM1WHY2hrLuL-o9m~A-LqlRB~l-OF0kQzjWSeXKgMD5weX-evnDeMVgmek6LFXGDxqsI~2AuCw~J5ykLNoiDKXHb~OQTDUM1kWMNeXIVXgIhfO43sNeZdNAL4yT3dVSVKUIXRBA9F7P2QKCCbruBLReKKlaGURROsKlan~SmgClunmJbFfipFY9E6l2PdNz3sr7APiV2wHa5uE89PpSljJbGrFGMEZ~wfrWhqCw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

TAVARES, Diego Silva. **Entretenimento esportivo**: os conflitos entre informação e entretenimento no atual jornalismo esportivo. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/3864>

TAVARES JÚNIOR, Carlos Augusto. **Responsabilidade Social do Jornalista**. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2019, Vitória. Anais... São Paulo: Intercom, 2019.

UNZELTE, Celso D.; PRADO, Magaly Parreira do; REDISCH, Ricardo. **Jornalismo esportivo**: relatos de uma paixão. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.

UZÊDA, André. **Bourdieu calça chuteiras**. 2018. 313 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/bourdieu-calca-chuteiras/?srsltid=AfmBOorqc7WYevsm11XlqTsdeD34N41s86IaVeCPkcVSyDjMBMhs78Q->

VIMIEIRO, Ana Carolina. A produtividade digital dos torcedores de futebol brasileiros: formatos, motivações e abordagens. **Contracampo: Brazilian Journal of Communication**, Niterói, v. 31, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Vimieiro/publication/329243291_A_produtividade_digital_dos_torcedores_de_futebol_brasileiros_formatos_motivacoes_e_abordagens/links/61bc8c36a6251b553ac5be30/A-produtividade-digital-dos-torcedores-de-futebol-brasileiros-formatos-motivacoes-e-abordagens.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail

APÊNDICE A

Entrevista com Allan de Abreu, realizada via *Google Meet* em 26/01/2026.

Bloco 1: O Jornalismo investigativo e o contexto esportivo

- Na sua percepção, o jornalismo investigativo é uma prática que ainda é escassa ou subaproveitada na cobertura esportiva brasileira? Por quê?
- Mesmo não sendo um jornalista da área de esportes, qual a sua visão sobre a credibilidade do jornalismo esportivo hoje, especialmente no que tange à sua capacidade de fiscalizar as instituições?
- Sua reportagem sobre a CBF é um exemplo de "jornalismo sério" no esporte. Na sua opinião, o que define a seriedade de uma pauta nesse contexto?
- O jornalismo da revista *piauí* é conhecido por seu tempo de maturação e profundidade. Como você enxerga o papel de veículos como a *piauí* em um cenário midiático dominado pela velocidade e pelo infotainment?
- Qual o custo (em termos de tempo, recursos e riscos) de se fazer jornalismo investigativo de alto impacto no Brasil hoje, e como a *piauí* consegue sustentar esse modelo?

Bloco 2: A apuração da reportagem

- Como surgiu a pauta sobre os gastos da CBF e o que te motivou a mergulhar nesse tema, que é tão sensível e politicamente carregado?
- Como foi o processo de apuração? Quanto tempo foi dedicado à investigação e qual o maior desafio técnico na obtenção e checagem desses dados?
- A reportagem lida com documentos e dados financeiros. Quais técnicas de jornalismo investigativo você considera que foram cruciais para transformar esses dados em uma narrativa acessível e impactante?
- No seu processo de apuração, como você equilibrou a necessidade de sigilo de fontes com o rigor documental exigido?
- Qual foi o maior risco que você e a *piauí* correram ao publicar uma reportagem que expõe a gestão de uma entidade tão poderosa como a CBF?
- A reportagem foi estruturada de forma a ser lida por um público amplo. Quais foram as principais escolhas narrativas para garantir que um tema complexo como a gestão da CBF fosse compreendido pelo leitor?

Bloco 3: Tensões Éticas e Interesses Institucionais

- Em algum momento da apuração, você teve que tomar decisões éticas difíceis sobre o que publicar ou como apresentar determinada informação, considerando o impacto que isso teria na CBF?
- Durante a apuração ou após a publicação, houve algum tipo de pressão direta ou indireta por parte da CBF ou de seus patrocinadores? Como a *piauí* lidou com isso?
- Na sua visão, qual foi o principal serviço prestado ao interesse público com a publicação desta reportagem?
- Como você avalia o limite entre o direito à informação (interesse público) e a preservação da imagem institucional de uma entidade privada como a CBF?

Bloco 4: O conflito com a *ESPN*

- Como você recebeu a notícia da repercussão (ou falta dela/conflito) na *ESPN*? Qual foi a sua primeira reação ao saber da suspensão dos jornalistas do *Linha de Passe*?
- Você acredita que os interesses comerciais de transmissão (direitos de imagem, patrocínios) podem ter influenciado a forma como a *ESPN* lidou com a sua reportagem?
- Na sua visão, o episódio envolvendo a *ESPN* e a suspensão dos jornalistas do Linha de Passe revela uma crise ética no jornalismo esportivo brasileiro, onde o "entretenimento" e os "direitos de imagem" se sobrepõem à informação investigativa?
- Que mensagem o silêncio ou a retaliação da *ESPN* envia para outros jornalistas que pensam em investigar temas sensíveis no esporte?
- Qual lição esse caso deixa para os futuros jornalistas que desejam atuar no "jornalismo sério" dentro da editoria de esportes, especialmente em relação à independência editorial?
- Há algum detalhe sobre os bastidores desse caso que ainda não veio a público e que você considera relevante para entender a complexidade ética dessa relação entre mídia, clubes e federações?

ANEXO DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, escrito sob minha orientação, está em versão final, de acordo com as solicitações realizadas pela banca examinadora. Informo também que procedi à revisão final do texto, constatando que atende às especificações das normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos da UFCA, no que diz respeito ao conteúdo e à formatação.

Ivan Satuf Rezende
SIAPE 1368261